

Normas Primárias e Secundárias do Setor de Telecomunicações - 2011

2011 Statutes and Administrative Regulations of the Telecommunication Sector

Organizadores

Márcio Iorio Aranha (Direito)

João Lima (Ciência da Informação)

Laura Lira (Coordenação de Catalogação)

Coleta e Tratamento de Dados

Renata Tonicelli de Mello Quelho

Sumário

| | |
|--|-----|
| Lista de Abreviaturas e Siglas | 309 |
| Normas e Atos de 2011 | 335 |
| Fundamentos | 335 |
| Aspectos Históricos | 335 |
| Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações | 335 |
| Equipamentos de Telecomunicações | 335 |
| Antenas | 335 |
| Estações de Telecomunicações | 335 |
| Certificação / Homologação | 335 |
| Espectro de Radiofrequência | 336 |
| Atribuição, Destinação e Designação de Radiofrequência | 336 |
| Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais) | 336 |
| Órbita e Satélite | 336 |
| Administração do Setor de Telecomunicações | 337 |
| Fiscalização das Telecomunicações | 337 |
| Liberdade de Participação | 338 |
| Tributação no Setor de Telecomunicações | 338 |
| Outorgas | 338 |
| Espécies de Outorga | 338 |
| Concessão (regras aplicáveis) | 338 |
| Planos de Serviços | 340 |
| Políticas de Telecomunicações | 340 |
| Política Tarifária | 340 |
| Política Industrial | 341 |
| Concorrência no Setor de Telecomunicações | 341 |
| Universalização e Massificação | 342 |
| Acesso às Telecomunicações | 342 |
| Educação e Pesquisa | 343 |
| Metas de Universalização | 343 |
| Pesquisa & Desenvolvimento | 343 |
| Qualidade do Serviço | 343 |
| Controle Social, Hierárquico e Interorgânico | 344 |
| Sigilo em Telecomunicações | 344 |
| Convergência | 345 |
| Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações | 345 |
| Quanto ao Regime Jurídico de Prestação | 345 |
| Serviço Prestado em Regime Público | 345 |
| Quanto ao Gênero | 345 |
| Serviço Limitado | 345 |
| Serviço Limitado Privado | 345 |
| Serviço de Valor Adicionado | 345 |
| Quanto à Perspectiva Convergente | 346 |

| | |
|---|-----|
| Comunicação Multimídia | 346 |
| Comunicação de Massa | 346 |
| Serviços no Setor de Telecomunicações | 346 |
| Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) | 346 |
| Serviço Móvel Pessoal (SMP) | 349 |
| Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) | 349 |
| TV a Cabo | 349 |
| TVA (Serviço Especial de TV por Assinatura) | 350 |
| DTH (Direct to Home - Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite) | 350 |
| MMDS (Multichannel Multipoint Distribution Service - Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal) | 351 |
| Serviço Rádio do Cidadão | 351 |
| Radiodifusão | 351 |
| Radiodifusão Comunitária | 352 |
| Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC) | 353 |
| Serviço de Radiotáxi | 353 |
| Serviço Móvel Marítimo | 353 |
| Serviço Limitado Privado | 353 |
| Serviço de Telefonia Rural | 354 |
| Serviço de Acesso Condicionado | 354 |
| Ramos Jurídicos Afins | 354 |
| Direito do Consumidor | 354 |
| Direito da Concorrência | 354 |
| Direito Administrativo | 355 |
| Aplicações de Telecomunicações | 355 |
| Aplicações Educacionais | 355 |
| Internet | 355 |
| Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços | 356 |
| Banda Larga | 356 |
| Atores no Setor de Telecomunicações | 357 |
| ANATEL | 357 |
| CADE | 357 |
| Poder Executivo | 358 |
| Presidência da República | 358 |
| Ministério da Justiça | 358 |
| Ministério das Comunicações | 358 |
| Prestadora / Operadora | 359 |
| Usuário / Consumidor | 360 |
| ANCINE | 361 |
| Normas Referenciadas | 361 |
| Lei Ordinária | 361 |
| Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 | 361 |
| Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 | 362 |
| Lei nº 12.507, de 11 de outubro de 2011 | 362 |

| | |
|--|-----|
| Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 | 363 |
| Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 | 363 |
| Decreto | 364 |
| Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 | 364 |
| Decreto nº 7.628, de 30 de novembro de 2011 | 364 |
| Portaria Ministerial | 364 |
| Portaria MC nº 256, de 6 de julho de 2011 | 364 |
| Portaria MC nº 376, de 19 de agosto de 2011 | 364 |
| Portaria MC nº 420, de 14 de setembro de 2011 | 365 |
| Resolução nº 4, de 16 de setembro de 2011 | 365 |
| Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011 | 365 |
| Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011 | 365 |
| Portaria MC nº 491, de 23 de novembro de 2011 | 366 |
| Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro de 2011 | 366 |
| Portaria MC nº 561, de 22 de dezembro de 2011 | 367 |
| Resolução | 367 |
| Resolução da ANATEL nº 560, de 21 de janeiro de 2011 | 367 |
| Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 | 368 |
| Resolução da ANATEL nº 562, de 9 de fevereiro de 2011 | 368 |
| Resolução da ANATEL nº 563, de 30 de março de 2011 | 369 |
| Resolução da ANATEL nº 564, de 20 de abril de 2011 | 369 |
| Resolução da ANATEL nº 565, de 26 de abril de 2011 | 369 |
| Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 | 370 |
| Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 | 370 |
| Resolução da ANATEL nº 569, de 5 de agosto de 2011 | 370 |
| Resolução da ANATEL nº 570, de 22 de agosto de 2011 | 371 |
| Resolução da ANATEL nº 571, de 28 de setembro de 2011 | 371 |
| Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011 | 371 |
| Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011 | 372 |
| Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011 | 372 |
| Resolução da ANATEL nº 575, de 28 de outubro de 2011 | 372 |
| Resolução da ANATEL nº 576, de 31 de outubro de 2011 | 372 |
| Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011 | 373 |
| Resolução da ANATEL nº 578, de 30 de novembro de 2011 | 373 |
| Atos Referenciados | 373 |
| Ato Administrativo | 373 |
| Ato | 373 |
| Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160, de 6 de janeiro de 2011 | 373 |
| Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161, de 6 de janeiro de 2011 | 374 |
| Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162, de 6 de janeiro de 2011 | 374 |

| | |
|---|-----|
| Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970, de 1º de abril de 2011 | 374 |
| Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.282, de 15 de abril de 2011 | 374 |
| Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.156, de 22 de julho de 2011 | 375 |
| Consulta Pública | 375 |
| Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703, de 16 de agosto de 2011 | 375 |
| Portaria | 375 |
| Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011 | 375 |
| Portaria ANATEL nº 941, de 28 de outubro de 2011 | 375 |
| Relatório Anual da ANATEL | 376 |
| Relatório Anual da ANATEL 2010 | 376 |
| Súmula | 376 |
| Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011 | 376 |
| Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011 | 376 |
| Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011 | 376 |
| Índice Alfabético e Remissivo | 379 |

Lista de Abreviaturas e Siglas

| | |
|-------------|--|
| 1G | Primeira Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (analogico). |
| 2.5G | Geração 2.5 de Tecnologia de Telefonia Móvel (GPRS). |
| 2G | Segunda Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (digital para dados, 9.6-14.4Kbps). |
| 3G | Terceira Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (digital para voz e dados, mínimo de 144Kbps). |
| 3G HS | 3G High Speed (Rede celular de Terceira geração de Alto Desempenho). |
| AACD | Associação de Assistência à Criança Defeituosa. |
| ABA | Associação Brasileira de Anunciantes. |
| ABAP | Associação Brasileira de Agências de Propaganda. |
| ABAR | Associação Brasileira de Agências de Regulação. |
| ABCiber | Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. |
| ABEMTIC | Associação Brasileira de Entidades Municipais de Tecnologia da Informação e Comunicação. |
| ABEPEC | Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais. |
| ABEPEC | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação (inativa). |
| ABEPREST | Associação Brasileira de Empresas de Soluções de Telecomunicações e Informática. |
| ABERT | Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. |
| ABETS | Associação Brasileira das Empresas de Telecomunicações por Satélite. |
| ABIFUMO | Associação Brasileira da Indústria do Fumo. |
| ABINEE | Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. |
| ABJC | Associação Brasileira de Jornalismo Científico. |
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas. |
| ABPI-TV | Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão. |
| ABPITV | Associação Brasileira das Empresas Produtoras Independentes de Televisão. |
| ABPTA | Associação Brasileira dos Programadores de TV por Assinatura. |
| ABR Telecom | Associação Brasileira de Recursos de Telecomunicações (Portabilidade Numérica). |
| ABRA | Associação Brasileira de Radiodifusores. |
| ABRACOM | Associação Brasileira de Antenas Comunitárias. |
| ABRADECEL | Associação Brasileira de Defesa dos Moradores e Usuários Intraquilos com Equipamentos de Telecomunicações Celular. |
| ABRAFIC | Associação Brasileira de Film Commissions (Brazilian Association of Film Commissions). |
| ABRAFIX | Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado. |
| ABRAPPIT | Associação Brasileira de Pequenos Provedores de Internet e Telecomunicações. |

| | |
|-----------|--|
| ABRATEL | Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações. |
| ABRATER | Associação Brasileira de Telecomunicações Rurais. |
| ABRINT | Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações. |
| ABRISAN | Associação Brasileira de Registro de Obras Audiovisuais. |
| ABTA | Associação Brasileira de TV por Assinatura. |
| ABTU | Associação Brasileira de Televisão Universitária. |
| Acel | Associação Nacional das Operadoras Celulares. |
| ACERP | Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto. |
| AD | Adicional por Chamada (Serviço Móvel Pessoal). |
| ADGI | Gerência Geral de Gestão da Informação (ANATEL). |
| ADI | Ação Direta de Inconstitucionalidade (Jurisdição). |
| ADPF | Gerência Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças (ANATEL). |
| ADSL | Asymmetric Digital Subscriber Line. |
| AEB | Agência Espacial Brasileira. |
| AET | Associação dos Engenheiros de Telecomunicações. |
| AGVSEL | Agravo em Suspensão de Execução de Liminar. |
| Ah | Ampère-hora. |
| AI | Acesso Instalado. |
| AI | Agravo de Instrumento (Jurisdição). |
| AI/E | Acesso Instalado da Estação de Comutação. |
| AICE | Acesso Individual Classe Especial. |
| AIE | Acesso Instalado Equivalente. |
| AIRR | Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (Tribunal Superior do Trabalho). |
| ALAIC | Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. |
| ALCA | Área de Livre Comércio das Américas. |
| ALCAR | Associação Brasileira dos Pesquisadores de História da Mídia. |
| AM | Amplitude Modulation (Modulação em Amplitude). |
| AM-DSB-SC | Amplitude Modulation, Double-Sided Band, Suppressed Carrier (Modulação em Amplitude, em Faixa Lateral Dupla, com Portadora Suprimida). |
| AME | Valor de Ativo Moderno Equivalente (Separação e Alocação de Contas). |
| AMMB | Associação de Marketing Móvel do Brasil. |
| AMN | Artificial Mains Network (Rede Fictícia em V). |
| AMNT | Assembléia Mundial de Normalização das Telecomunicações. |
| AMPS | Advanced Mobile Phone System (Rede celular 1G). |
| AN | Área de Numeração. |
| AN | Área de Numeração (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| ANACOM | Autoridade Nacional de Comunicações (de Portugal). |
| ANATEL | Agência Nacional de Telecomunicações. |

| | |
|-------------|---|
| ANCINE | Agência Nacional do Cinema. |
| ANEEL | Agência Nacional de Energia Elétrica. |
| ANER | Associação Nacional das Empresas de Revistas. |
| ANER | Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras. |
| ANJ | Associação Nacional de Jornais. |
| ANOP | Auditoria de Natureza Operacional (Tribunal de Contas da União). |
| ANP | Agência Nacional do Petróleo. |
| ANSI | American National Standards Institute. |
| ANTT | Agência Nacional de Transportes Terrestres. |
| APEX-Brasil | Agência de Promoção de Exportações do Brasil. |
| APS | Área de Prestação do Serviço (Serviços de Televisão por Assinatura). |
| Aptel | Associação de Empresas Proprietárias de Infra-Estrutura e de Sistemas Privados de Telecomunicações. |
| AR | Área de Registro. |
| AR | Área de Registro (Serviço Móvel Especializado). |
| AR | Área de Registro (Serviço Móvel Pessoal). |
| AR | Área de Registro (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| ARIB | Association of Radio Industries and Businesses (Japão). |
| ARM | Acordo de Reconhecimento Mútuo (Certificação e Homologação). |
| ART | Anotação de Responsabilidade Técnica. |
| ASTM | American Society for Testing and Materials. |
| AT | Área de Tarifação (Serviço Móvel Especializado). |
| AT | Área de Tarifação (Serviço Móvel Pessoal). |
| ATA | Analog Telephone Adaptor. |
| ATB | Área de Tarifa Básica. |
| ATB | Área de Tarifação Básica (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| ATC | Ativos de Tecnologia Corrente (Separação e Alocação de Contas). |
| ATS | Ativos de Tecnologia Substituída (Separação e Alocação de Contas). |
| ATSC | Advanced Television Systems Committee (Padrão de TV Digital – Estados Unidos da América). |
| AVADAN | Avaliação de Danos - Formulário (Sistema Nacional de Defesa Civil). |
| BACEN | Banco Central do Brasil. |
| BAL | Balancamento Longitudinal. |
| BB | Banda-Base. |
| BBC | British Broadcasting Corporation (Reino Unido). |
| BCB | Banco Central do Brasil. |
| BDO | Base de Dados Operacional (Portabilidade). |
| BDR | Base de Dados de Referência (Portabilidade). |
| BDR | Base de Dados Nacional de Referência da Portabilidade. |
| BDT | Bureau de Développement des Télécommunications (Escritório de Desenvolvimento das Telecomunicações da UIT). |

| | |
|----------|--|
| BDTA | Banco de Dados Técnicos e Administrativos (Radiofrequência). |
| BGAN | Broadband Global Area Network (INMARSAT). |
| BIA | Bens e Instalações em Andamento (Separação e Alocação de Contas). |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento. |
| BIRD | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial). |
| BIS | Bens e Instalações em Serviço (Separação e Alocação de Contas). |
| Bn | Largura da Faixa Necessária (Certificação). |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. |
| BPL | Broadband over Power Lines (Banda larga por meio de redes de energia elétrica). |
| BR | Bureau des Radiocommunications (Escritório de Radiocomunicações da UIT). |
| BRASSCOM | Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. |
| BS | Base Station (Estação Rádio Base). |
| BSR | Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações. |
| BT | Linha de distribuição de Baixa Tensão. |
| BWA | Broadband Wireless Access (4G). |
| C-INI | Comitê sobre Infra-estrutura Nacional de Informações. |
| C0,25 | Capacidade nominal para regime de alta intensidade de descarga (C0,25). |
| C10 | Capacidade nominal para regime de média intensidade de descarga (C10). |
| C120 | Capacidade nominal para regime de baixa intensidade de descarga (C120). |
| CA | Corrente Alternada. |
| CAACI | Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Ibero-Americana. |
| CADE | Conselho Administrativo de Defesa Econômica. |
| CADIN | Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal. |
| CAMR | Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações. |
| CAPDA | Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia. |
| CAPT | Controle Automático da Potência Transmitida. |
| CARR | Conferência Administrativa Regional de Radiocomunicações. |
| CATIS | Centro de Acesso a Tecnologias para a Inclusão Social. |
| CBC | Comissão Brasileira de Comunicações. |
| CBC 1 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 1 – Redes de Dados e Características de Sistemas Telemáticos (extinta). |
| CBC 2 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 2 – Transmissão de Áudio e Vídeo e Sistemas Multimídia (extinta). |
| CBC 3 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 3 - Tarifas e Princípios Contábeis (extinta). |

| | |
|-----------|---|
| CBC 4 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 4 - Definição de Serviços, Planos Estruturais e Gerência de Redes (extinta). |
| CBC 5 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 5 - Sinalização, Comutação, Protocolos, Linguagens e Aspectos Gerais de Redes (extinta). |
| CBC 6 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 6 - Planta Externa e Compatibilidade Eletromagnética (extinta). |
| CBC 7 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 7 - Desenvolvimento das Telecomunicações (extinta). |
| CBC 8 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 8 - Serviços Móveis, de Radiodeterminação e de Radioamador (extinta). |
| CBC 9 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 9 - Serviços Fixos e Científicos (extinta). |
| CBC 1 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 1 - Governança e Regimes Internacionais. |
| CBC 10 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 10 - Administração do Espectro Radioelétrico e Propagação (extinta). |
| CBC 11 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 11 - Radiodifusão (extinta). |
| CBC 12 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 12 - Negociações Internacionais em Telecomunicações (extinta). |
| CBC 13 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 13 – Governança da Internet (extinta). |
| CBC 2 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 2 - Radiocomunicações. |
| CBC 3 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 3 - Normalização de Telecomunicações. |
| CBC 4 | Comissão Brasileira de Comunicações nº 4 - Desenvolvimento das Telecomunicações. |
| CBC Temp. | Comissão Brasileira de Telecomunicações Temporária. |
| CBDT | Coleção Brasileira de Direito Regulatório das Telecomunicações. |
| CBLC | Comissão Brasileira de Liquidação e Custódia. |
| CBR | Comissão Brasileira de Radiocomunicações. |
| CBT | Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/62). |
| CBTTs | Comissões Brasileiras de Telecomunicações. |
| CC | Corrente Contínua. |
| CCC | Central de Comutação e Controle (Serviço Móvel Pessoal). |
| CCC | Central de Comutação e Controle (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC). |
| CCC | Central de Controle e Comutação do SMC (Internacional). |
| CCIR | Comitê Consultivo Internacional das Radiocomunicações. |
| CCITT | Comitê Consultivo Internacional de Telegrafia e Telefonia. |
| CCJC | Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. |
| CCOM | Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações da UnB. |
| CCPI | Comitê Consultivo Permanente nº 1 da Comissão Interamericana de Telecomunicações. |

| | |
|--------------|--|
| CCP.II | Comitê Consultivo Permanente nº 2 da Comissão Interamericana de Telecomunicações. |
| CCP.III | Comitê Consultivo Permanente nº 3 da Comissão Interamericana de Telecomunicações. |
| CCPs-CITEL | Comitês Consultivos Permanentes da CITEL. |
| CCT | Cargo Comissionado Técnico (Agências Reguladoras). |
| CCT | Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Senado Federal). |
| CCT | Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. |
| CCTCI | Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Câmara dos Deputados). |
| ccTLD | country code Top Level Domain (Domínio de Primeiro Nível) (INTERNET). |
| CDA | Certidão de Dívida Ativa. |
| CDC | Código de Defesa do Consumidor. |
| CDEIC | Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Câmara dos Deputados). |
| CDI | Comutação Digital Integrada. |
| CDMA | Code Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Código). |
| CDMA 1xEV-DO | CDMA Evolution Data-Optimized (Rede celular 3G). |
| CDMA 1xEV-DV | CDMA Evolution, Data and Voice (Rede celular 3G). |
| CDUST | Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações. |
| CEDEC | Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil). |
| CEFET | Centro Federal de Educação Tecnológica. |
| CEITEC | Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. |
| CENAD | Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Sistema Nacional de Defesa Civil). |
| CENELEC | European Committee for Electrotechnical Standardization. |
| CEPED | Centro Universitário de Ensino e Pesquisa sobre Desastres (Sistema Nacional de Defesa Civil). |
| CERT.br | Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (Comitê Gestor da Internet no Brasil). |
| CETIC.br | Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Comitê Gestor da Internet no Brasil). |
| CFM | Conselho Federal de Medicina. |
| CFTV | Serviço Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Rádioenlace. |
| CG-CBC | Grupo de Coordenação das Comissões Brasileiras de Comunicações. |
| CG-ProTIC | Comitê Gestor do Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. |
| CGCOB | Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos. |
| CGIbr | Comitê Gestor da Internet no Brasil. |

| | |
|----------|--|
| CGPD | Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Presidência da República). |
| CGPID | CGPID. |
| CGRBT | Comitê Gestor de Articulação Institucional da Rede Brasil de Tecnologia. |
| CIC | Central de Intermediação de Comunicação Telefônica. |
| CIDE | Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. |
| CIP | Câmara Interbancária de Pagamentos. |
| CIPA | Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. |
| CISCOMIS | Comissão de Desenvolvimento do Projeto e da Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite. |
| CITEL | Comissão Interamericana de Telecomunicações. |
| CMDT | Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações. |
| CMGLO | Gerência de Engenharia, Planejamento e Controle de Licitações e Outorgas. |
| CMI | Cúpula Mundial da Informação. |
| CMPC | Custo Médio Ponderado de Capital. |
| CMR | Conferência Mundial de Radiocomunicações. |
| CMSI | Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (World Summit on the Information Society – WSIS). |
| CN | Código Nacional. |
| CNAL | Cadastro Nacional de Áreas Locais. |
| CNC | Conselho Nacional de Comunicações. |
| CNDI | Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial. |
| CNI | Confederação Nacional da Indústria. |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. |
| CNPq-MCT | Centro Nacional de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia. |
| COE | Coefficiente de Onda Estacionária. |
| COE | Coefficiente de Reflexão. |
| COER | Certificado de Operador de Estação de Radioamador. |
| COFDM | Coded Orthogonal Frequency Division Multiplexing. |
| COFINS | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. |
| COG | Cabo Óptico Geral. |
| COGEF | Comissão de Gerência do Espectro de Radiofrequência de Interesse do Ministério da Defesa. |
| COMDEC | Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil). |
| COMPÓS | Associação Nacional das Pós-Graduações em Comunicação. |
| CONANDA | Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. |
| Conapsi | Conselho Nacional dos Provedores de Serviço de Internet. |
| CONAR | Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária. |
| CONARQ | Conselho Nacional de Arquivos. |

| | |
|-----------|---|
| CONCAR | Comissão Nacional de Cartografia. |
| CONDEC | Conselho Nacional de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil). |
| CONDECINE | Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional. |
| CONFAZ | Conselho Nacional de Política Fazendária. |
| CONFECOM | Conferência Nacional de Comunicação. |
| CONTCOP | Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade (Representação profissional). |
| CONTEL | Conselho Nacional de Telecomunicações (Extinto em 25/02/1967). |
| COP | Cabo Óptico "Plenum". |
| COR | Cabo Óptico "Riser". |
| CORDE | Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. |
| CORDEC | Coordenadoria Regional de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil). |
| CP | Código Penal. |
| CP | Consulta Pública. |
| CPADS | Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos. |
| CPC | Código de Processo Civil. |
| CPCT | Central Privada de Comutação Telefônica. |
| CPCT | Central Privativa de Comutação Telefônica (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| CPGF | Cartão de Pagamento do Governo Federal. |
| CPI | Comissão Parlamentar de Inquérito. |
| CPLP | Comunidade de Países de Língua Portuguesa. |
| CPP | Código de Processo Penal. |
| CPP | Contribuição Patronal Previdenciária (Seguridade Social). |
| CPqD | CPqD. |
| CPqD | Fundação CPqD Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações. |
| Cr0,25 | Capacidade real em regime nominal para alta intensidade de descarga (Cr0,25). |
| Cr10 | Capacidade real em regime nominal para média intensidade de descarga (Cr10). |
| Cr120 | Capacidade real em regime nominal para baixa intensidade de descarga (Cr120). |
| CRE | Contrato de Receita Extraordinária (Concessionária de Rodovia). |
| CREA | Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. |
| CSLL | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. |
| CSP | Código de Seleção de Prestadora. |
| CTBC | Companhia de Telecomunicações do Brasil Central. |

| | |
|--------------------|---|
| CTs-SGT.1-MERCOSUL | Comissões Temáticas do Subgrupo de Trabalho de Comunicações do MERCOSUL. |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários. |
| CVR | Relações Custo-Volume (Separação e Alocação de Contas). |
| D-AMPS | Digital Advanced Mobile Phone System. |
| DAC | Departamento de Aviação Civil. |
| DAS | Direção e Assessoramento Superiores. |
| dB | Decibel. |
| dB SPL | Decibel relativo a 20 μ Pa. |
| dB SPL(A) | Decibel relativo a 20 μ Pa medido com ponderação A (IEC 60651). |
| dB V | Decibel Relativo a 1 V. |
| dBA | dBA. |
| DBDG | Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG). |
| dBk | Potência, em dB, relativa a 1 kW. |
| dBmp | Decibel medido com ponderação psofométrica (Rec. O.41 da ITU-T). |
| dBPa | Decibel Relativo a 1 Pascal. |
| dBPa(A) | Decibel relativo a 1 Pa medido com ponderação A (IEC 60651). |
| dB μ | Decibel Relativo a 1 mW. |
| dB μ | Intensidade de campo, em dB, relativa a 1 μ V/m. |
| DCOR | Diretoria de Concessões e Operações Rodoviárias. |
| DCS | Digital Cellular Network. |
| DDG | Discagem Direta Gratuita. |
| DDI | Discagem Direta Internacional. |
| DDR | Discagem Direta a Ramal. |
| DEA | Data Envelopment Analysis. |
| DECEA | Departamento de Controle do Espaço Aéreo. |
| DECT | DECT. |
| DEINT | Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. |
| DENTEL | Departamento Nacional de Telecomunicações (Extinto em 15/03/1990). |
| DEPEN | Departamento Penitenciário Nacional. |
| DEPV | Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo (Min. Aeronáutica), extinta em 5.10.2001. |
| DETRAF | Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços. |
| DG | Distribuidor Geral (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| DIC | Discagem Interurbana a Cobrar. |
| DISTV | Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos. |
| DJ | Diário da Justiça (Imprensa Nacional). |
| DJe | Diário da Justiça eletrônico. |
| DLC | Discagem Local a Cobrar. |

| | |
|-------------|---|
| DNER | Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. |
| DNS | Domain Name System. |
| DOP | Documento Operacional de Prazos da Portabilidade. |
| DPDC | Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. |
| DRM | Digital Radio Mondiale (padrão europeu de rádio digital). |
| DS-CDMA | Múltiplo Acesso por Divisão em Código com Sequência Direta. |
| DSAC | Documento de Separação e Alocação de Contas. |
| DSB | Double Side Band 'Modulation' (Modulação em Faixa Lateral Dupla). |
| DSC | Documento Sigiloso Controlado. |
| DSL | Digital Subscriber Line. |
| DTH | Direct-to-Home (Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite). |
| DTH | Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite. |
| DTMF | Dual Tone Multi-Frequency. |
| DVB | Digital Video Broadcasting (Padrão de TV Digital – União Européia). |
| DVB-H | Digital Video Broadcasting Handheld. |
| e-DJF1 | Diário da Justiça Federal da Primeira Região eletrônico (TRF 1ª Região). |
| e.i.r.p. | Potência Equivalente Isotropicamente Radiada. |
| e.r.p. | Potência Efetiva Radiada (Campo Eletromagnético). |
| e.r.p. | Potência Efetivamente Irradiada. |
| EB | Estação Base. |
| EBC | Empresa Brasil de Comunicação. |
| EBITDA | Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization. |
| EC | Estação de Controle. |
| Ec / ec | Campo Característico, respectivamente em dB μ e mV/m. |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente. |
| ECAD | Escritório Central de Arrecadação e Distribuição. |
| ECD | Equipamento de Comunicação de Dados. |
| ECT | Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. |
| EDGE | EDGE. |
| EEII | Empresa Exploradora de Troncos Interestaduais e Internacionais. |
| EESPT | Entidade Exploradora de Serviços Públicos de Telecomunicações (em desuso). |
| EHF | Extremely High Frequency. |
| EILD | Exploração Industrial de Linha Dedicada. |
| ELI | Estágio de Linha Integrado. |
| ELR | Estágio de Linha Remoto. |
| EM | Estação Móvel. |
| Enom / enom | Intensidade de campo nominal utilizável, respectivamente em dB μ e mV/m. |

| | |
|----------|--|
| ENUM | Telephony Numbering Mapping (Protocolo desenvolvido pela IETF). |
| EPMU | Equal Proportionate Mark Up (Alocação Proporcional e Equitativa – Separação e Alocação de Contas). |
| EPON | Ethernet Passive Optical Network. |
| ER | Estação Repetidora. |
| ER | Estágio Remoto (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| ERB | Estação Rádio Base. |
| ERB | Estação Rádio Base (Serviço Móvel Pessoal). |
| ERC | Estação Radioelétrica Central. |
| ERG | European Regulators Group. |
| ERP | Potência Efetivamente Radiada. |
| ERUE | Eficiência Relativa de Uso do Espectro (ERUE). |
| ESC | Equipamento a Ser Certificado. |
| ET | Estação Terminal. |
| ETA | Estação Terminal de Acesso. |
| ETD | Equipamento Terminal de Dados. |
| ETSI | European Telecommunications Standards Institute. |
| Eu / eu | Intensidade de campo utilizável, respectivamente em dB μ e mV/m. |
| EUE | Eficiência de Uso do Espectro (EUE). |
| FA | Fator de Amortecimento. |
| FAC | Fully Allocated Costs (Custos Totalmente Alocados). |
| FCC | Federal Communications Commission (United States of America). |
| FCPT | Fórum de Certificação de Produtos para Telecomunicações. |
| FCT | Função Comissionada Técnica. |
| FCT | Funções Comissionadas de Telecomunicações. |
| FDD | Frequency Division Duplexing (Duplexação por Divisão na Frequência). |
| FDMA | Frequency Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Frequência). |
| FEBRAPEL | Federação Brasileira de Telecomunicações (Representação empresarial). |
| FENAJ | Federação Nacional dos Jornalistas. |
| FGP | Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas. |
| FGTS | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. |
| FH-CDMA | Múltiplo Acesso por Divisão em Código com Saltos de Frequência. |
| FINEP | Financiadora de Estudos e Projetos. |
| FISTEL | Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. |
| FITTEL | Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações. |
| FM | Frequência Modulada. |
| FMCA | Fixed-Mobile Convergence Alliance. |
| FNC | Fundo Nacional da Cultura. |
| FNDCT | Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. |

| | |
|----------|--|
| FNPJ | Fórum Nacional de Professores de Jornalismo. |
| FNT | Fundo Nacional de Telecomunicações. |
| Fonacate | Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado. |
| FORCINE | Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual. |
| FS | Fornecedora de Sinal. |
| FTTB | Fiber to the Building. |
| FTTC | Fiber to the Curb. |
| FTTH | Fiber to the Home. |
| FTTN | Fiber to the Node. |
| FUNCAP | Fundo Especial para Calamidades Públicas (Sistema Nacional de Defesa Civil). |
| Fundomic | Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação (Minas Gerais). |
| Funtec | Fundo Tecnológico (BNDES). |
| FUNTTTEL | Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações. |
| FUST | Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. |
| FWA | Fixed Wireless Access. |
| GCOM | Grupo Interdisciplinar de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações (UnB). |
| GESAC | Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão. |
| GETEL | Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações (UnB). |
| GGSN | Gateway GPRS Support Node. |
| GIP | Grupo de Implantação da Portabilidade. |
| GIP | Grupo de Implementação da Portabilidade. |
| GIPAQ | Grupo de Implantação de Processos de Aferição da Qualidade. |
| GMC | Grupo Mercado Comum. |
| GMDSS | Sistema Global Marítimo de Socorro e Segurança. |
| GNR | Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais. |
| GPON | Gigabit Passive Optical Network. |
| GPRS | General Packet Radio Service (Rede celular 2.5G). |
| GPS | Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global). |
| GSM | Global System Mobile -Global System for Mobile Communications (Originariamente Groupe Spécial Mobile). |
| GTI | Grupo de Trabalho Interministerial. |
| HCA | Base de Custos Históricos (Separação e Alocação de Contas). |
| HCA | Historical Cost Accounting (Base de Custos Históricos na Separação e Alocação de Contas). |
| HCI | Altura do Centro de Fase do Sistema Irradiante. |
| HF | High Frequency (Alta Frequência). |
| HFBC | Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para o planejamento das faixas de ondas decamétricas atribuídas ao serviço de radiodifusão, realizada em 1987. |

| | |
|------------|---|
| HMM | Hora de Maior Movimento. |
| HNMT | Altura da Antena sobre o Nível Médio do Terreno. |
| HNMT | Altura do Sistema Irradiante em Relação ao Nível Médio do Terreno (Radiodifusão). |
| HSDPA | High Speed Downlink Packet Access (Rede celular 3G). |
| HSPA | High-Speed Packet Access (tipo de padrão de telefonia móvel por dados) (Rede celular 3G). |
| HSUPA | High Speed Uplink Packet Access (Rede celular 3G). |
| IAF | International Accreditation Forum (Certificação e Homologação). |
| IAMCR | International Association for Media and Communication Research. |
| IAP | Índice de Atendimento Pessoal. |
| IARP | International Amateur Radio Permission (Permissão Internacional de Radioamador). |
| IARU | União Internacional de Radioamadores. |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. |
| IBOC | In-Band On-Channel (padrão norte-americano de rádio digital). |
| ICANN | Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (Corporação da Internet para a Atribuição de Nomes e Números). |
| ICAO | Organização Internacional de Aviação Civil. |
| ICC | Índice de Chamadas Completadas. |
| ICCo | Índice de Cessação de Cobrança. |
| ICMS | Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações. |
| ICNIRP | International Commission on Non Ionizing Radiation Protection (Comissão Internacional de Proteção Contra Radiações Não Ionizantes). |
| ICP-Brasil | Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira. |
| ICR | Índice de Correspondências Respondidas. |
| ICT | Instituição Científica e Tecnológica. |
| ICT4D | Information and Communication Technologies for Development. |
| IDDF | Informações de Demanda e Dados Físicos (Separação e Alocação de Contas). |
| IDEC | Instituto de Defesa do Consumidor. |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano. |
| IEC | International Electrotechnical Commission. |
| IEEE | Institute of Electrical and Electronics Engineers. |
| IETF | Internet Engineering Task Force (Força Tarefa de Engenharia da Internet). |
| IFCA | International Federation of Mass Communication Associations. |
| Ifd | Fator de Degradação. |
| IFRB | Junta Internacional de Registro de Frequências. |

| | |
|-----------|---|
| IFS | Serviço Franqueado Internacional. |
| IGF | Internet Governance Fórum (Fórum de Governança da Internet vinculado à ONU). |
| IGP-DI | Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna. |
| IGP-M | Índice Geral de Preços - Mercado. |
| II | Imposto de Importação. |
| IIS | Índice de Instalação do Serviço. |
| IITS | Índice de Interrupções Solucionadas. |
| ILA | Índice de Ligações Atendidas. |
| ILAC | International Laboratories Accreditation Cooperation (Certificação e Homologação). |
| IME | Índice Mínimo de EUE (IME). |
| IMO | Organização Marítima Internacional. |
| IMSI | International Mobile Subscriber Identity (Identificação Internacional de Acesso Móvel). |
| IMT-2000 | International Mobile Telecommunications-2000. |
| INDE | Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). |
| INFRAERO | Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária. |
| INI | Infraestrutura Nacional de Informações. |
| INMARSAT | Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite. |
| INMETRO | Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. |
| INTELSAT | International Telecommunications Satellite Consortium (Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite). |
| Intercom | Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. |
| IP | Índice de Preços. |
| IP | Internet Protocol (Protocolo de Internet). |
| IPAOG/FGV | Índice de Preços por Atacado - Oferta Global. |
| IPCA/IBGE | Índice de Preços ao Consumidor Amplo. |
| IPI | Imposto sobre Produtos Industrializados. |
| IPTF | IPTF F. |
| IPTF DEA | Índice de Produtividade Total de Fatores DEA. |
| IPTF F | Índice de Produtividade Total de Fatores Fisher. |
| IPTF F | Índice de Produtividade Total de Fatores Fisher (Reajuste Tarifário do STFC). |
| IPTV | Internet Protocol TV. |
| IQF | Índice de Quantidade dos Fatores de Produção (Reajuste Tarifário do STFC). |
| IQP | Índice de Fator de Produção. |
| IQP | Índice de Quantidade dos Produtos (Reajuste Tarifário do STFC). |
| IR | Imposto de Renda. |
| IREDC | Índice de Reclamação por Erro em Documento de Cobrança. |

| | |
|---------|--|
| IRPJ | Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica. |
| IRS | Índice de Reclamação do Serviço. |
| ISAN | International Standard Audiovisual Number. |
| ISDB | Integrated Services Digital Broadcasting. |
| ISDB-C | Integrated Services Digital Broadcasting Cable. |
| ISDB-S | Integrated Services Digital Broadcasting Satellite Television. |
| ISDB-T | Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial (Serviços Integrados de Radiodifusão Digital Terrestre). |
| ISDTV | International System for Digital TV (novo nome do SBTVD). |
| ISM | Aplicações Industriais, Científicas e Médicas. |
| ISO | International Standards Organisation. |
| ISP | Internet Service Provider (vide PSCI). |
| ISRA | Índice de Solicitações de Reparos Atendidas. |
| ISS | Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. |
| IST | Índice de Serviços de Telecomunicações. |
| ISYDS | Integrated System for Decision Support (vide SIAD). |
| ITE | Índice Temporal de EUE. |
| ITI | Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República). |
| ITU | International Telecommunication Union (União Internacional de Telecomunicações). |
| l | Comprimento de Onda. |
| LAN | Local Area Network. |
| LaPCom | Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB. |
| LBS | Location Based Services. |
| LDI | Longa Distância Internacional. |
| LDN | Longa Distância Nacional. |
| LED | Light Emitting Diode (Diodo Emissor de Luz). |
| LEP | Lei de Execuções Penais. |
| LF | Low Frequency. |
| LGT | Lei Geral de Telecomunicações. |
| LIBRAS | Língua Brasileira de Sinais. |
| LLU | Local Loop Unbundling. |
| LMDS | Local Point-Multipoint Distribution Service. |
| LPFM | Low-Power FM stations (Rádios Comunitárias). |
| LRGP | Loudness Rating Guard-Ring Position. |
| LRIC | Long Run Incremental Costs (Custos Incrementais de Longo Prazo). |
| LSI | Laboratório de Sistemas Integráveis da USP. |
| LSZH | "Low Smoke and Zero Halogen". |
| LTE | Long Term Evolution (Rede Celular 3G). |
| LTOG | Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita. |
| LUSOCOM | Federação Lusófona de Ciências da Comunicação. |

| | |
|----------|---|
| M2M | Machine to Machine (comunicação entre máquinas). |
| MAN | Metropolitan Area Network. |
| MdE | Memorando de Entendimento - MdE. |
| MDGs | Millenium Development Goals (UN Millenium Summit 2000). |
| MEF | Mobile Entertainment Forum. |
| MERCOSUL | Mercado Comum do Sul. |
| MF | Medium Frequency (Média Frequência). |
| MICS | Sistemas de Comunicações de Implantes Médicos. |
| MIFR | Master International Frequency Register (Registro Mestre da UIT). |
| MIN | Valor do Minuto de Tarifação (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| MINFRA | Ministério da Infraestrutura (Extinto pela Lei 8.422, de 13/05/1992). |
| MMDS | Multichannel Multipoint Distribution Service (Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal). |
| MMDS | Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal. |
| MMS | Multimedia Message. |
| MNO | Mobile Network Operator (Operador de Rede Móvel). |
| MOB | Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para os serviços móveis. |
| MOB-87 | Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para os Serviços Móveis, realizada em 1987. |
| MOS | Mean Opinion Score (Pontuação Média de Opinião). |
| MSCID | Mobile Switching Center Identification. |
| MT | Linha de distribuição de Média Tensão. |
| MVNO | Mobile Virtual Network Operator (Operador de Rede Virtual Móvel). |
| NBM | Nomenclatura Brasileira de Mercadorias. |
| NC | Noise Criteria. |
| NCL | Nested Context Language (Interatividade do ISDB-T: linguagem do ambiente Ginga-NCL). |
| NCM | Nomenclatura Comum do Mercosul. |
| NFC | Near Field Communications. |
| NFST | Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações. |
| NGN | Next Generation Network. |
| NGT | Norma Geral de Telecomunicações (Ministério das Comunicações). |
| NOPRED | Notificação Preliminar de Desastres - Formulário (Sistema Nacional de Defesa Civil). |
| NPOESS | National Polar-Orbiting Environmental Satellite System. |
| NRA | National Regulatory Authorities (União Européia). |
| NSR | Nível do Sinal Recebido. |
| NUDEC | Núcleo Comunitário de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil). |
| NWA | Nomadic Wireless Access (Aplicação Nomádica). |
| OCC | Organismo de Certificação Credenciado. |

| | |
|--------|---|
| OCD | Organismo de Certificação Designado. |
| OCDE | Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. |
| OECD | Organisation for Economic Co-operation and Development (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). |
| OFDM | Orthogonal Frequency Division Multiplexing (Multiplexação Ortogonal por Divisão de Frequência). |
| OFDMA | Orthogonal Frequency-Division Multiple Access. |
| OIT | Oxidative Induction Time (Tempo de Indução Oxidativa). |
| OL | Oscilador Local. |
| OM | Onda Média. |
| OMC | Organização Mundial do Comércio. |
| OPGW | Optical Ground Wire (Cabos Para-raios com Fibras Ópticas). |
| ORB-85 | Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para uso da Órbita de Satélites Geoestacionários e o Planejamento dos Serviços Espaciais que a Utilizam, realizada em 1985. |
| OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. |
| OT | Onda Tropical. |
| OTI | Organización de Televisión Iberoamericana. |
| P&D | Pesquisa e Desenvolvimento. |
| PAC | Plano Anual de Capacitação (Capacitação Profissional nas Agências Reguladoras). |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento (Programa de Governo de Janeiro de 2007). |
| PADIS | Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores. |
| PADO | Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações). |
| PAR | Plano de Aplicação de Recursos (FUNTTEL). |
| PASEP | Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. |
| PASI | Provedor de Acesso a Serviços de Internet. |
| PASOO | Plano Alternativo de Serviço de Oferta Obrigatória. |
| PAT | Parcela Adicional de Transição. |
| PATVD | Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital. |
| PATVD | Programa de Incentivos ao Setor da TV Digital (Integrante do PAC). |
| PBFM | Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada. |
| PBOC | Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Ondas Curtas. |
| PBOM | Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Média. |
| PBOT | Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Tropical. |

| | |
|-----------|--|
| PBRTV | Plano Básico de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF. |
| PBTV | Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF. |
| PBTVA | Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão por Assinatura. |
| PBTVD | Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital. |
| PBX | Private Branch Exchange. |
| PCNR | Parcela de Custo Não Recuperável pela Exploração Eficiente do Serviço (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações). |
| PCS | Personal Communication Service. |
| PDE | Plano de Desenvolvimento da Educação. |
| PDG | Programa de Dispendios Globais (Empresas Estatais Federais). |
| PDP | Plasma Display Pannel (Painel Mostrador de Plasma). |
| PDRTVD | Plano de Designação de Canais de Retransmissão de Televisão Digital. |
| PDTVD | Plano de Designação de Canais de Televisão Digital. |
| PEP | Peak Envelope Power (Potência de Pico da Envoltória). |
| PF | Procuradoria Federal no Estado. |
| PGA | Plano Geral de Autorizações. |
| PGA-SME | Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Especializado. |
| PGA-SMP | Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal. |
| PGCN | Plano Geral de Códigos Nacionais. |
| PGMC | Plano Geral de Metas de Competição. |
| PGMQ | Plano Geral de Metas de Qualidade. |
| PGMQ-2006 | Plano Geral de Metas de Qualidade do STFC para a Renovação dos Contratos de Concessão. |
| PGMQ-SMP | Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal. |
| PGMU | Plano Geral de Metas de Universalização. |
| PGMU-2006 | Plano Geral de Metas para Universalização do STFC no Regime Público para a Renovação dos Contratos de Concessão. |
| PGO | Plano Geral de Outorgas. |
| PGR | Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil. |
| PICT | Projeto de Proteção da Infraestrutura Crítica de Telecomunicações (Anatel e CPqD). |
| PIS | Programa de Integração Social. |
| PISP | Plano de Indenização por Serviços Prestados (Telebras). |
| PLC | Power Line Communications. |
| PMD | Polarization Mode Dispersion (Modo de Polarização por Dispersão) (Cabo de Fibra Óptica). |
| PMM | Período de Maior Movimento (Televisão por Assinatura (Gênero)). |
| PMS | Poder de Mercado Significativo. |
| PMT | Período de Maior Tráfego (PMT). |
| PNBL | Programa Nacional de Banda Larga. |

| | |
|----------|---|
| POI | Ponto de Interconexão. |
| POP | Post Office Protocol (INTERNET). |
| PP | Conferência de Plenipotenciários da UIT. |
| PPA | Plano Plurianual. |
| PPB | Processo Produtivo Básico. |
| PPDESS | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite. |
| PPDF | Previsão de Demanda e Dados Físicos (Separação e Alocação de Contas). |
| PPDUR | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências. |
| ppm | partes por milhão. |
| PPP | Parceria Público-Privada. |
| PR | Perda de Retorno. |
| PRB | Ponto de Referência da Boca. |
| PRF | Procuradoria Regional Federal. |
| PRO-REG | Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação. |
| PROCON | Promotoria de Defesa do Consumidor. |
| PRODIST | PRODIST – Procedimentos de Distribuição (Energia Elétrica). |
| PROINFO | Programa Nacional de Informática na Educação. |
| PROM | Plano Regional de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Média ou Plano do Rio de Janeiro (Radiodifusão Sonora). |
| ProTIC | Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. |
| PROUCA | Programa Um Computador por Aluno. |
| PRRadCom | Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. |
| PSCI | Provedor de Serviço de Conexão à INTERNET. |
| PSM | Posto de Multifacilidades. |
| PSM | Posto de Serviço Multifacilidades. |
| PSP | Potência de Saída da Portadora. |
| PST | Posto de Serviço de Telecomunicações. |
| PTR | Ponto de Terminação de Rede. |
| PTT | Ponto de Troca de Tráfego (Internet). |
| PUC | Prestação, Utilidade ou Comodidade (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| PVCP | Gerência Geral de Comunicações Pessoais Terrestres (ANATEL). |
| PVR | Personal Video Recorder. |
| RadCom | Serviço de Radiodifusão Comunitária. |
| RBR | Relação de Bens Reversíveis. |
| RBT | Rede Brasil de Tecnologia. |
| RBT | Rede de distribuição de Baixa Tensão. |

| | |
|-------------|--|
| RCBR | Regulamento de Controle de Bens Reversíveis. |
| RDSI | Rede Digital de Serviços Integrados. |
| RDSI-FE | Rede Digital de Serviços Integrados - Faixa Estreita. |
| RDSI-FL | Rede Digital de Serviços Integrados - Faixa Larga. |
| RE | Recurso Extraordinário. |
| RECAP | Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras. |
| RECOMPE | Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional. |
| REDEC | Regional Estadual de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil). |
| REGISTRO.br | Registro de Domínios para a Internet no Brasil (Comitê Gestor da Internet no Brasil). |
| REGULATEL | Foro Latino-Americano de Autoridades Reguladoras das Telecomunicações. |
| RENEC | Rede Nacional de Estações Costeiras. |
| REPES | Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação. |
| REsp | Recurso Especial. |
| RF | Radiofrequência. |
| RF | Radiofrequência (Campo Eletromagnético). |
| RFID | Radio Frequency Identification Device (Sistema de Identificação por Radiofrequência). |
| RGP | Regulamento Geral de Portabilidade. |
| RGQ-SCM | Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia. |
| RGQ-SMP | Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal. |
| RIQ | Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado. |
| RITU | Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária. |
| RLL | Radio in the Local Loop. |
| RMT | Rede de distribuição de Média Tensão. |
| RNI | Radiação Não Ionizante (Campo Eletromagnético). |
| RNP | Rede Nacional de Pesquisa. |
| RNR | Rede Nacional de Radiovideometria. |
| RPF | Request for Proposal. |
| RpTV | Serviço de Repetição de Televisão. |
| RR | Regulamento de Radiocomunicações da UIT. |
| RRD | Restricted Radiation Device. |
| RRV-SMP | SMP por meio de Rede Virtual. |
| RSAC | Regulamento de Separação e Alocação de Contas. |
| RSQ | Raiz quadrada da soma dos quadrados. |

| | |
|---------|---|
| RTFM | Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada. |
| RTV | Serviço de Retransmissão de Televisão. |
| RVU-M | Valor de Referência de VU-M. |
| SA | Specific Absorption (Absorção Específica). |
| SAC | Serviço de Atendimento ao Consumidor. |
| SAC | Stand Alone Cost (Custo Total Individual – Separação e Alocação de Contas). |
| SACP | Sistema de Acompanhamento de Consulta Pública. |
| SAM | Serviço Avançado de Mensagens. |
| SAMU | Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. |
| SAP | Secondary Audio Programming (Programa Secundário de Áudio). |
| SAPN | Sistema de Administração dos Recursos de Numeração. |
| SAR | Specific Absorption Rate (Taxa de Absorção Específica). |
| SARC | Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos. |
| SART | Transponder de busca e salvamento. |
| SATVA | Sistema de Acompanhamento das Obrigações das Prestadoras de TV por Assinatura. |
| SBC | Sistema Brasileiro de Certificação. |
| SBPJOR | Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. |
| SBRD | Sistema Brasileiro de Rádio Digital. |
| SBTVD | Sistema Brasileiro de Televisão Digital. |
| SBTVD-T | Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre. |
| SCI | Serviço de Conexão à INTERNET. |
| SCM | Serviço de Comunicação Multimídia. |
| SCMa | Serviço de Comunicação de Massa por assinatura. |
| SCR | Serviço de Comunicações de Interesse Restrito. |
| SDE | Secretaria de Direito Econômico (Ministério da Justiça). |
| SDK | Software Development Kit. |
| SeAC | Serviço de Acesso Condicionado. |
| SEAE | Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ministério da Fazenda). |
| SECEX | Secretaria de Controle Externo (Tribunal de Contas da União). |
| SEDH | Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. |
| SEFID | Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Tribunal de Contas da União). |
| SELIC | Sistema Especial de Liquidação e Custódia. |
| SER | Serviço Especial de Radiochamada. |
| SERDS | Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite. |
| SETA | Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Sistemas de Televisão por Assinatura (Representação empresarial). |
| SFS | Serviço Fixo por Satélite. |
| SGAL | Sistema de Gerenciamento de Áreas Locais. |

| | |
|-----------------|--|
| SGB | Sistema Geodésico Brasileiro. |
| SGB | Sistema Geoestacionário Brasileiro. |
| SGIQ | Sistema de Gerenciamento de Indicadores de Qualidade. |
| SGME | Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro. |
| SGT.1 | Subgrupo de Trabalho nº 1 – Comunicações do Mercosul. |
| SHF | Super High Frequency. |
| SI | Sociedade da Informação. |
| SIAD | Sistema Integrado de Apoio à Decisão (Programa para obtenção dos Valores de Eficiência DEA). |
| SIAFI | Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. |
| SICAP | Sistema de Controle de Rastreamento de Documentos e Processos. |
| SICOM | Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo (Publicidade da Administração Pública Federal). |
| SIGAnatel | Sistema de Informações Geográficas do Brasil. |
| SIGEC | Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANATEL. |
| SINAMOB | Sistema Nacional de Mobilização. |
| SINAPI/IBGE | Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. |
| SINAR | Sistema Nacional de Arquivos. |
| SINCAB | Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Sistemas de TV por Assinatura e Serviços Especiais de Telecomunicações (Representação profissional). |
| SINDEC | Sistema Nacional de Defesa Civil. |
| SINDER | Sindicato Nacional das Empresas de Radiocomunicações (Representação empresarial). |
| SINDESBS | Sistema de Informações sobre Desastres no Brasil (Sistema Nacional de Defesa Civil). |
| SINDISAT | Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (Representação empresarial). |
| SINDITELEBRASIL | Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Serviços de Telecomunicações (Representação empresarial). |
| SINSTAL | Sindicato Nacional das Empresas Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura e Telecomunicações (Representação empresarial). |
| SINTEIS | Sindicatos Estaduais dos Trabalhadores em Telecomunicações (Representação profissional). |
| SIT | Sistema com Transponder Interrogador. |
| SITARWEB | Sistema de Informações Técnicas para Administração das Radiocomunicações WEB. |
| SLD | Serviço por Linha Dedicada. |
| SLDA | Serviço por Linha Dedicada para Sinais Analógicos. |
| SLDD | Serviço por Linha Dedicada para Sinais Digitais. |
| SLDT | Serviço por Linha Dedicada para Sinais Telegráficos. |
| SLE | Serviço Limitado Especializado. |

| | |
|---------|---|
| SLMP | Serviço Limitado Móvel Privativo. |
| SLP | Serviço Limitado Privado. |
| SLPR | Serviço Limitado Privado de Radiochamada. |
| SMA | Serviço Móvel Aeronáutico (R, em rota; OR, fora de rota).. |
| SMC | Serviço Móvel Celular. |
| SMD | Surface Mounted Device. |
| SME | Serviço Móvel Especializado. |
| SMGS | Serviço Móvel Global por Satélite. |
| SMM | Serviço Móvel Marítimo. |
| SMP | Serviço Móvel Pessoal. |
| SMS | Serviço Móvel por Satélite. |
| SMS | Short Message Service. |
| SMT | Surface Mounted Technology. |
| SNC | Secretaria Nacional de Comunicações (MINFRA). |
| SNDC | Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. |
| Socicom | Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação. |
| SOCINE | Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema. |
| SPV | Superintendência de Serviços Privados. |
| SRA | Serviço de Radiocomunicação Aeronáutica Público-Restrito. |
| SRD | Short Range Device. |
| SRE | Serviço de Radiotáxi Especializado. |
| SRT | Serviço de Radiotáxi. |
| SRTT | Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações. |
| SSB | Single Side Band 'Modulation' (Modulação em Faixa Lateral Simples). |
| STE | Secretaria de Telecomunicações (Ministério das Comunicações). |
| STEL | Sistema de Serviços de Telecomunicações. |
| STF | Supremo Tribunal Federal. |
| STFC | Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral. |
| STJ | Superior Tribunal de Justiça. |
| STM | Superior Tribunal Militar. |
| STP | Serviço Telefônico Público (em desuso). |
| STS | Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélite. |
| SUFRAMA | Superintendência da Zona Franca de Manaus. |
| SVA | Serviço de Valor Adicionado. |
| TAB | Tarifa Aduaneira do Brasil. |
| TAP | Television Association of Programmers (Estados Unidos da América). |
| TAP | Terminal de Acesso Público. |
| TAP | Terminal de Acesso Público (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| TBSMC | Tarifa Básica do Serviço Móvel Celular. |

| | |
|------------|---|
| TCD | Termo de Compromisso de Desempenho. |
| TCP | Transport Control Protocol (INTERNET). |
| TCU | Tribunal de Contas da União. |
| TDD | Time Division Duplexing (Duplexação por Divisão no Tempo). |
| TDMA | Time Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Tempo). |
| TEB | Taxa de Erro de Bits. |
| TEC | Tarifa Externa Comum. |
| TelComp | Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas. |
| TELEBRÁS | Telecomunicações Brasileiras S.A.. |
| TELEBRASIL | Associação Brasileira de Telecomunicações. |
| TELEX | Comutação Telegráfica. |
| TFEL | Thin-Film Electroluminescent (Displays Eletroluminescentes a Filme Fino). |
| TFF | Taxa de Fiscalização do Funcionamento. |
| TFI | Taxa de Fiscalização da Instalação. |
| THD | Distorção harmônica total. |
| TIC | Tecnologias da Informação e Comunicação. |
| TICs | Tecnologias de Informação e Comunicação. |
| TIPI | Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados. |
| TISA | Traveller Information Services Association. |
| TMC | – Traffic Message Channel (Canal de Mensagem de Trânsito). |
| TME | Tarifa de Mudança de Endereço (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| TMN | Telecommunications Management Network. |
| TOE | Taxa de Onda. |
| TR | Taxa Referencial. |
| TRD | Taxa Referencial Diária. |
| TRF | Tribunal Regional Federal. |
| TRF1 | Tribunal Regional Federal da 1ª Região. |
| TRI | Termo de Responsabilidade de Instalação. |
| TRX | Transceptor. |
| TSC | Terminal Móvel de Acesso a Ser Certificado. |
| TSC | Terminal Portátil a Ser Certificado. |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral. |
| TST | Tribunal Superior do Trabalho. |
| TT | Tronco/Canal Telefônico de Entrada. |
| TU | Tarifa de Uso. |
| TU-COM | Tarifa de Uso de Comutação. |
| TU-M | Tarifa de Uso Móvel. |
| TU-RIU | Tarifa de Uso de Rede Interurbana. |
| TU-RIU1 | Tarifa de Uso de Rede Interurbana Nível 1. |

| | |
|----------|--|
| TU-RIU2 | Tarifa de Uso de Rede Interurbana Nível 2. |
| TU-RL | Tarifa de Uso de Rede Local. |
| TUP | Telefone de Uso Público. |
| TUP | Telefone de Uso Público (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| TVA | Serviço Especial de Televisão por Assinatura. |
| TVA | Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial). |
| TVC | TV a Cabo. |
| UAC | Unidade de Atendimento de Cooperativa. |
| UCS | Unidade de Controle do Sistema (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC). |
| UHF | Ultra High Frequency (Frequência Ultra Alta). |
| UIT | União Internacional de Telecomunicações (Union Internationale des Télécommunications / Unión Internacional de Telecomunicaciones). |
| UIT-R | Setor de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações. |
| UIT-R-SA | Recomendações da UIT sobre Aplicações Espaciais e Meteorologia. |
| ULEPICC | Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura. |
| UMB | Ultra Mobile Broadband. |
| UMTS | Universal Mobile Telecommunications Service (Rede celular 3G). |
| UNE-P | Desagregação de Plataforma. |
| UNICEF | United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância). |
| UO | Unidade Operacional. |
| UPS | Uninterruptable Power Supply. |
| UR | Unidade Retificadora. |
| URA | Unidade de Resposta Audível (SMP – Gestão da Qualidade). |
| URA | Unidade de Resposta Automática. |
| URA | Unidade Remota de Assinante. |
| URV | Unidade Real de Valor. |
| USG | Unidade de Supervisão e Gerência (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC). |
| UTP | Unidade de Tarificação para TUP e TAP (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| UTRAN | Universal Terrestrial Radio Access Network. |
| UWB | Ultrawideband. |
| UWIA | Ubiquitous Wireless Internet Access. |
| VBI | Vertical Blanking Interval (Intervalo de Apagamento Vertical). |
| VC | Valor de Comunicação (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| VC-1 | Valor de Comunicação 1. |
| VC-2 | Valor de Comunicação 2. |
| VC-3 | Valor de Comunicação 3. |

| | |
|--------------|--|
| VC-T | Valor de Comunicação (Serviço Móvel Especializado). |
| VC-VST-R | Valor de Comunicação do Visitante em Roaming. |
| VC1 | Valor de Comunicação 1 (Serviço Móvel Pessoal). |
| VCA | Valor de Chamada Atendida (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| VELOX | Serviço de acesso à internet de banda larga comercializado pela empresa Oi. |
| VHF | Very High Frequency (Frequência Muito Alta). |
| VIGP | Variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna. |
| VLf | Very Low Frequency. |
| VPA | Valor Patrimonial da Ação. |
| Vpe | Volt por elemento. |
| Vpe | Volts por elemento. |
| VSAT | Very Small Aperture Terminal (Certificação). |
| VSWR | Relação de Onda Estacionária. |
| VTP | Valor da Unidade de Tarificação para TUP e TAP (Serviço Telefônico Fixo Comutado). |
| VU-M | Valor de Remuneração de Uso de Rede do SMP. |
| VU-M | Valor de Uso de Rede Móvel. |
| VU-T | Valor de Remuneração de Uso de Rede do SME. |
| WACC | Weighted Average Cost of Capital (Custo Médio Ponderado de Capital na Separação e Alocação de Contas). |
| WAN | Wide Area Network. |
| WAP | Wireless Application Protocol. |
| WCDMA | Wideband CDMA (CDMA de banda larga). |
| WDM | Wavelength Division Multiplexing (Multiplexação por Divisão de Comprimento de Onda). |
| WDMA | Wavelegh Division Multiple Access (Acesso Múltiplo por Divisão de Comprimento de Onda). |
| Wi-Fi | Wireless Fidelity (padrão IEEE 802.11). |
| WIMAX | Worldwide Interoperability for Microwave Access. |
| WiMesh | WiMesh – Wireless Mesh. |
| WISP | Wireless Internet Service Provider. |
| WLAN | Wireless Local Area Network. |
| WLL | Wireless Local Loop (Rede Local sem Fio). |
| WMAN | Wireless Metropolitan Area Network. |
| WSIS | World Summit on the Information Society (Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação – CMSI). |
| WTPF-09 | Fórum Mundial sobre Políticas de Telecomunicações. |
| WTPF-09 | World Telecommunication Policy Forum. |
| xDSL | x Digital Subscriber Line. |
| θ ini | Ângulo Teta Inicial. |

Normas e Atos de 2011

Fundamentos

Aspectos Históricos



Atos

Relatório Anual da ANATEL 2010

Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações

Equipamentos de Telecomunicações



Normatização

Resolução da ANATEL nº 571, de 28 de setembro de 2011 - Aprova o Regulamento para definição de formatos e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel.

Antenas



Normatização

Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Antenas de Estações Terrenas Operando com Satélites Geoestacionários.

Estações de Telecomunicações



Normatização

Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Antenas de Estações Terrenas Operando com Satélites Geoestacionários.

Certificação / Homologação



Normatização

Resolução da ANATEL nº 570, de 22 de agosto de 2011 - Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Regulados por Válvula.

Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Antenas de Estações Terrenas Operando com Satélites Geoestacionários.

Espectro de Radiofrequência

Atribuição, Destinação e Designação de Radiofrequência



Normatização

Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 - Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

- Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.282, de 15 de abril de 2011 - Aprova a Edição 2011 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil.

Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 - Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

- Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Órbita e Satélite



Atos

Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011 - A legislação de telecomunicações não impede a indicação de mais de um representante legal

pela exploradora de satélite estrangeiro. O representante legal da Exploradora de Satélite Estrangeiro pode ser prestadora de serviço de telecomunicações. Caso a prestadora de serviço de telecomunicações pretenda fazer uso da capacidade espacial que ela própria representa, a contratação deverá ser formalizada por intermédio de outro representante legal. O contrato de comercialização de capacidade espacial decorrente do direito de exploração de satélite estrangeiro deve ser firmado no Brasil entre o representante legal da exploradora e a prestadora de serviço de telecomunicações, partes contratuais distintas.

Administração do Setor de Telecomunicações

Fiscalização das Telecomunicações



Normatização

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011 - Aprova a Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Anexo - Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária

Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Resolução da ANATEL nº 571, de 28 de setembro de 2011 - Aprova o Regulamento para definição de formatos e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel.



Atos

Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011 - Não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador.

Liberdade de Participação



Atos

Portaria ANATEL nº 941, de 28 de outubro de 2011 - Dispõe sobre o acesso pelo público em geral aos documentos e informações acostados em Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) e dá outras providências.

Tributação no Setor de Telecomunicações



Normatização

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.

Lei nº 12.507, de 11 de outubro de 2011 - Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011.

Outorgas

Espécies de Outorga

Concessão (regras aplicáveis)



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070,

de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

- ✓ A possibilidade de concessionárias explorarem mais de um serviço de telecomunicações decorreu da nova redação ao art. 86 da Lei Geral de Telecomunicações por força da Lei 12.485/2011, que disciplinou a comunicação audiovisual de acesso condicionado.

Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.

Anexo 1 - Anexo I ao Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU

Anexo 2 - Telefones de Uso Público – Concessionárias do STFC na Modalidade Local

Anexo 3 - Telefones de Uso Público – Concessionária do STFC nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional

Resolução da ANATEL nº 565, de 26 de abril de 2011 - Aprova a alteração dos Contratos de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional – LDI.

Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011 - Altera o Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, bem como o Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998.



Atos

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Brasil Telecom para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio

Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL n° 161, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Telemar Note Leste S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.

Planos de Serviços



Normatização

Resolução da ANATEL n° 577, de 24 de novembro de 2011 - Altera o Anexo I do Regulamento de Tarificação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução n° 424, de 6 de dezembro de 2005, bem como o Anexo II à Resolução n° 263, de 8 de junho de 2001, Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução n° 86, de 30 de dezembro de 1998.

Políticas de Telecomunicações

Política Tarifária



Normatização

Resolução da ANATEL n° 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.

Resolução da ANATEL n° 576, de 31 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME).

Resolução da ANATEL n° 577, de 24 de novembro de 2011 - Altera o Anexo I do Regulamento de Tarificação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução n° 424, de 6 de dezembro de 2005, bem como o Anexo II à Resolução n° 263, de 8 de junho de 2001, Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução n° 86, de 30 de dezembro de 1998.

Política Industrial



Normatização

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.

Lei nº 12.507, de 11 de outubro de 2011 - Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011.

Concorrência no Setor de Telecomunicações



Concorrência no Setor de Telecomunicações

O Serviço de Comunicação Multimídia apresenta-se como serviço convergente com pretensão de introduzir utilidades concorrentes às fornecidas por serviços tradicionais do setor.



Normatização

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

Decreto nº 7.628, de 30 de novembro de 2011 - Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2012 das empresas estatais federais, e dá outras providências.

Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970, de 1º de abril de 2011 - Anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica.

Anexo

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703, de 16 de agosto de 2011 - Anuência prévia à incorporação da VIVO TELECOMUNICAÇÕES S/A pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELES P.

Universalização e Massificação



Normatização

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.

Acesso às Telecomunicações



Normatização

Portaria MC nº 376, de 19 de agosto de 2011 - Institui o Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.

Educação e Pesquisa



Normatização

Portaria MC nº 376, de 19 de agosto de 2011 - Institui o Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.

Metas de Universalização



Normatização

Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.

Anexo 1 - Anexo 1 ao Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU

Anexo 2 - Telefones de Uso Público – Concessionárias do STFC na Modalidade Local

Anexo 3 - Telefones de Uso Público – Concessionária do STFC nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional

Resolução da ANATEL nº 569, de 5 de agosto de 2011 - Aprova a prorrogação dos prazos estabelecidos nos arts. 12, 17 e 18 do Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público geral - STFC, aprovado pela Resolução nº 536, de 9 de novembro de 2009, para o ano de 2011, e a alteração do referido regulamento, para incluir novo dispositivo (art. 23).

Pesquisa & Desenvolvimento



Normatização

Portaria MC nº 376, de 19 de agosto de 2011 - Institui o Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.

Qualidade do Serviço



Normatização

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM).

Resolução da ANATEL nº 575, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, nº 509, de 14 de agosto de 2008, nº 564, de 20 de abril de 2011 e nº 567, de 24 de maio de 2011.

Controle Social, Hierárquico e Interorgânico



Normatização

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado



Atos

Portaria ANATEL nº 941, de 28 de outubro de 2011 - Dispõe sobre o acesso pelo público em geral aos documentos e informações acostados em Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) e dá outras providências.

Relatório Anual da ANATEL 2010

Sigilo em Telecomunicações



Normatização

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.



Atos

Portaria ANATEL n° 941, de 28 de outubro de 2011 - Dispõe sobre o acesso pelo público em geral aos documentos e informações acostados em Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) e dá outras providências.

Convergência



Normatização

Portaria MC n° 491, de 23 de novembro de 2011 - Altera a Portaria n° 652, de 10 de outubro de 2006.

Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações

Quanto ao Regime Jurídico de Prestação

Serviço Prestado em Regime Público



Normatização

Resolução da ANATEL n° 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.

Quanto ao Gênero

Serviço Limitado

Serviço Limitado Privado



Normatização

Resolução da ANATEL n° 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Serviço de Valor Adicionado



Normatização

Resolução n° 4, de 16 de setembro de 2011 - Reafirma o entendimento do CGI.br sobre a natureza do serviço de conexão à internet.

Quanto à Perspectiva Convergente

Comunicação Multimídia



Normatização

Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM).

Resolução da ANATEL nº 575, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, nº 509, de 14 de agosto de 2008, nº 564, de 20 de abril de 2011 e nº 567, de 24 de maio de 2011.

Comunicação de Massa



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

- ✓ Reunião dos serviços de TV a Cabo (TVC), MMDS, DTH e TVA sob a nomenclatura abrangente de Serviço de Acesso Condicionado.

Serviços no Setor de Telecomunicações

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

- ✓ A Lei 12.485/2011, no seu art. 37, § 18, prevê que a concessionária de STFC poderá solicitar, a qualquer tempo, a adequação do contrato de concessão para

eliminação das restrições que vedem a possibilidade de que a concessionária do serviço e suas coligadas, controladas ou controladoras prestem serviço de TVC, inclusive nas áreas geográficas de prestação do serviço objeto da referida concessão.

Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.

Anexo 1 - Anexo 1 ao Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU

Anexo 2 - Telefones de Uso Público - Concessionárias do STFC na Modalidade Local

Anexo 3 - Telefones de Uso Público - Concessionária do STFC nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional

Resolução da ANATEL nº 560, de 21 de janeiro de 2011 - Aprova o Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC.

Anexo - Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC.

Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 - Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

- Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

Resolução da ANATEL nº 565, de 26 de abril de 2011 - Aprova a alteração dos Contratos de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Resolução da ANATEL nº 569, de 5 de agosto de 2011 - Aprova a prorrogação dos prazos estabelecidos nos arts. 12, 17 e 18 do Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço

Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público geral - STFC, aprovado pela Resolução nº 536, de 9 de novembro de 2009, para o ano de 2011, e a alteração do referido regulamento, para incluir novo dispositivo (art. 23).

Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.

Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011 - Altera o Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, bem como o Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998.



Atos

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Brasil Telecom para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Telemar Note Leste S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.

Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011 - Estão incluídas na base de cálculo do ônus contratual previsto nos Contratos de Concessão de 2006/2010, para prestação do STFC, dentre outras, as receitas de interconexão, PUC, e, ainda, de outros serviços adicionais e receitas operacionais inerentes ao STFC.

Serviço Móvel Pessoal (SMP)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 - Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

- Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM).

Resolução da ANATEL nº 575, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, nº 509, de 14 de agosto de 2008, nº 564, de 20 de abril de 2011 e nº 567, de 24 de maio de 2011.

TV a Cabo



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

TVA (Serviço Especial de TV por Assinatura)



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

DTH (Direct to Home - Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite)



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Resolução da ANATEL nº 563, de 30 de março de 2011 - Alteração na Destinação das Faixas de Radiofrequências de 12,2 GHz a 12,7 GHz e de 17,3 GHz a 17,7 GHz.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

MMDS (Multichannel Multipoint Distribution Service - Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal)



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.156, de 22 de julho de 2011 - Aprova o modelo de Termo de Autorização do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS).

Anexo - Modelo de Termo de Autorização do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS)

Serviço Rádio do Cidadão



Normatização

Resolução da ANATEL nº 578, de 30 de novembro de 2011 - Aprova o Regulamento do Serviço Rádio do Cidadão.

Radiodifusão



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

- ✓ A Lei 12.485/2011, art. 1º, parágrafo único, exclui do seu campo de aplicação os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, ressalvados os dispositivos que expressamente façam menção a esses serviços ou a suas prestadoras.

Portaria MC nº 256, de 6 de julho de 2011 - Dispõe sobre a análise de pedido de outorga para a execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Portaria MC nº 420, de 14 de setembro de 2011 - Dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Anexo - Documentos necessários à instrução das propostas das pessoas jurídicas de direito público interno, em original ou cópia autenticada.

Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Portaria MC nº 491, de 23 de novembro de 2011 - Altera a Portaria nº 652, de 10 de outubro de 2006.

Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro de 2011 - Aprova a Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anulares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens

Anexo - Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão

Portaria MC nº 561, de 22 de dezembro de 2011 - Altera a Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovada pela Portaria nº 498, de 5 de dezembro de 2011.

Resolução da ANATEL nº 563, de 30 de março de 2011 - Alteração na Destinação das Faixas de Radiofrequências de 12,2 GHz a 12,7 GHz e de 17,3 GHz a 17,7 GHz.



Atos

Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Radiodifusão Comunitária



Normatização

Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011 - Aprova a Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Anexo - Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC)



Normatização

Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.



Atos

Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Serviço de Radiotáxi



Normatização

Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Serviço Móvel Marítimo



Normatização

Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Serviço Limitado Privado



Normatização

Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 - Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.
- Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

Serviço de Telefonia Rural



Normatização

Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Serviço de Acesso Condicionado



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Ramos Jurídicos Afins

Direito do Consumidor



Normatização

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Direito da Concorrência



Normatização

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970, de 1º de abril de 2011 - Anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica.

Anexo

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703, de 16 de agosto de 2011 - Anuência prévia à incorporação da VIVO TELECOMUNICAÇÕES S/A pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELES P.

Direito Administrativo



Atos

Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011 - Não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador.

Aplicações de Telecomunicações

Aplicações Educacionais



Normatização

Portaria MC nº 256, de 6 de julho de 2011 - Dispõe sobre a análise de pedido de outorga para a execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Portaria MC nº 420, de 14 de setembro de 2011 - Dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Anexo - Documentos necessários à instrução das propostas das pessoas jurídicas de direito público interno, em original ou cópia autenticada.

Internet



Normatização

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de

outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.

Resolução nº 4, de 16 de setembro de 2011 - Reafirma o entendimento do CGI.br sobre a natureza do serviço de conexão à internet.

Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços



Normatização

Resolução da ANATEL nº 564, de 20 de abril de 2011 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 509, de 14 de agosto de 2008.

Anexo

Banda Larga



Normatização

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.

Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM).

Resolução da ANATEL nº 575, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal

- RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, nº 509, de 14 de agosto de 2008, nº 564, de 20 de abril de 2011 e nº 567, de 24 de maio de 2011.

Atores no Setor de Telecomunicações

ANATEL



Normatização

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.



Atos

Portaria ANATEL nº 941, de 28 de outubro de 2011 - Dispõe sobre o acesso pelo público em geral aos documentos e informações acostados em Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) e dá outras providências.

Relatório Anual da ANATEL 2010

Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011 - Não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador.

CADE



Normatização

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

Poder Executivo

Presidência da República



Normatização

Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.

Anexo 1 - Anexo 1 ao Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU

Anexo 2 - Telefones de Uso Público – Concessionárias do STFC na Modalidade Local

Anexo 3 - Telefones de Uso Público – Concessionária do STFC nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional

Ministério da Justiça



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

- ✓ Previsão legal de compulsória classificação informativa do natureza do conteúdo e das faixas etárias recomendadas para o Serviço de Acesso Condicionado.

Ministério das Comunicações



Normatização

Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011 - Aprova a Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Anexo - Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária

Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro de 2011 - Aprova a Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens

Anexo - Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão

Portaria MC nº 561, de 22 de dezembro de 2011 - Altera a Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovada pela Portaria nº 498, de 5 de dezembro de 2011.



Atos

Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Prestadora / Operadora



Normatização

Decreto nº 7.628, de 30 de novembro de 2011 - Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2012 das empresas estatais federais, e dá outras providências.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Resolução da ANATEL nº 569, de 5 de agosto de 2011 - Aprova a prorrogação dos prazos estabelecidos nos arts. 12, 17 e 18 do Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público geral - STFC, aprovado pela Resolução nº 536, de 9 de novembro de 2009, para o ano de 2011, e a alteração do referido regulamento, para incluir novo dispositivo (art. 23).

Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970, de 1º de abril de 2011 - Anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica.

Anexo

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Brasil Telecom para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703, de 16 de agosto de 2011 - Anuência prévia à incorporação da VIVO TELECOMUNICAÇÕES S/A pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP.

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Telemar Note Leste S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.

Usuário / Consumidor



Normatização

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Resolução da ANATEL nº 569, de 5 de agosto de 2011 - Aprova a prorrogação dos prazos estabelecidos nos arts. 12, 17 e 18 do Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público geral - STFC, aprovado pela Resolução nº 536, de 9 de novembro de 2009, para o ano de 2011, e a alteração do referido regulamento, para incluir novo dispositivo (art. 23).

Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.

ANCINE



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

- ✓ Previsão legal de competência da Ancine para regulação e fiscalização das atividades de programação e empacotamento na comunicação audiovisual de acesso condicionado.

Normas Referenciadas

Lei Ordinária

| | |
|---|---|
| Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências. | |
| Dispositivos | LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 3º, inciso I; LGT, Art. 19, inciso I; LGT, Art. 149, caput. |
| Altera | Lei nº 6.404/1976 Lei nº 8.248/1991 - Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. Lei nº 9.430/1996 Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001 Lei nº 11.196/2005 - Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dentre outras providências. Lei 11.478, de 29 de maio de 2007 Lei 12.058, de 13 de outubro de 2009 Lei nº 12.350/2010 - Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das |

| | |
|------------|---|
| | atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas; altera as Leis nos 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.959, de 27 de janeiro de 2000, 10.887, de 18 de junho de 2004, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 10.996, de 15 de dezembro de 2004, 11.977, de 7 de julho de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010, os Decretos-Leis nos 37, de 18 de novembro de 1966, e 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga dispositivos das Leis nos 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências. Decreto-Lei nº 288/1967 - Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 26/06/2011 Diário Oficial da União, Seção 1, 29/06/2011 [Retificação] |

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

| | |
|--------------|--|
| Anexos | Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001. |
| Dispositivos | CF, Art. 21, inciso XI; CF, Art. 21, inciso XVI; CF, Art. 22, inciso IV; CF, Art. 48, inciso XII; CF, Art. 170, inciso III; CF, Art. 220, § 5º; CF, Art. 221, inciso IV; CF, Art. 222, § 3º; LGT, Art. 1º, caput; LGT, Art. 86, caput; LGT, Art. 86, caput (em 12/09/2011); LGT, Art. 212, caput. |
| Altera | Lei nº 8.977/1995 - Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, e dá outras providências. Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Medida Provisória nº 2.228-1/2001 |
| Correlata | Lei nº 7.505/1986 Lei nº 8.313/1991 Lei nº 8.685/1993 |
| Regulamenta | Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 13/09/2011 |

Lei nº 12.507, de 11 de outubro de 2011 - Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011.

| | |
|--------------|--|
| Dispositivos | CF, Art. 149, caput; LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 3º, inciso I; LGT, Art. 19, inciso I. |
| Altera | Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 Lei nº 10.833/2003 Lei nº 11.196/2005 - Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial |

| | |
|------------|---|
| | de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dentre outras providências. Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007 Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007 Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011 |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 13/10/2011 |

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

| | |
|--------------|--|
| Dispositivos | CF, Art. 37; LGT, Art. 39, caput; LGT, Art. 174, caput. |
| Altera | Lei nº 8.112/1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Lei nº 8.159/1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. |
| Correlata | Lei 9.507, de 12 de novembro de 1997 |
| Regulamenta | Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 |
| Publicação | Diário Oficial da União, Edição Extra, 18/11/2001, págs. 1-4 |

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

| | |
|--------------|--|
| Dispositivos | CF, Art. 170, inciso IV; CF, Art. 173, § 4º (em 04/06/1998); LGT, Art. 7º, § 2º; LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 70, caput. |
| Altera | Lei nº 7.347/1985 Lei nº 8.137/1990 Lei nº 8.884/1994 - Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. Código de Processo Penal |
| Correlata | Lei 8.437, de 30 de junho de 1992 Lei nº 5.869/1973 Lei nº 6.404/1976 Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980 Lei nº 7.347/1985 Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor. Lei 9.008, de 21 de março de 1995 Lei nº 9.784/1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. |
| Regulamenta | Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 01/01/2011 |

Decreto

| | |
|---|---|
| Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências. | |
| Anexos | Anexo 1 - Anexo I ao Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU Anexo 2 - Telefones de Uso Público – Concessionárias do STFC na Modalidade Local Anexo 3 - Telefones de Uso Público – Concessionária do STFC nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional |
| Dispositivos | LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso II; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 79, § 1º; LGT, Art. 80, caput. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Edição Extra, 30/06/2011 Diário Oficial da União, Seção 1, 07/07/2011 [Retificação] |

| | |
|--|-----------------------|
| Decreto nº 7.628, de 30 de novembro de 2011 - Aprova o Programa de Dispendios Globais - PDG para 2012 das empresas estatais federais, e dá outras providências. | |
| Anexos | |
| Dispositivos | LGT, Art. 186, caput. |

Portaria Ministerial

| | |
|---|---|
| Portaria MC nº 256, de 6 de julho de 2011 - Dispõe sobre a análise de pedido de outorga para a execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos. | |
| Órgão Emissor | Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro. |
| Dispositivos | CF, Art. 223, § 3º; LGT, Art. 211, caput. |
| Correlata | Decreto-Lei nº 236/1967 - Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Anexo ao Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 - Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Decreto nº 2.108/1996 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores. |
| Regulamenta | Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 07/07/2011, págs. 48-50 |

| | |
|---|---|
| Portaria MC nº 376, de 19 de agosto de 2011 - Institui o Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais. | |
| Órgão Emissor | Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro. |
| Dispositivos | LGT, Art. 2º, inciso I. |

| | |
|------------|---|
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 22/08/2011, pág. 76 |
|------------|---|

Portaria MC nº 420, de 14 de setembro de 2011 - Dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

| | |
|---------------|--|
| Órgão Emissor | Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro. |
| Anexos | Anexo - Documentos necessários à instrução das propostas das pessoas jurídicas de direito público interno, em original ou cópia autenticada. |
| Dispositivos | CF, Art. 222, § 3º; LGT, Art. 211, caput. |
| Correlata | Decreto-Lei nº 236/1967 - Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Decreto nº 2.108/1996 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores. |
| Regulamenta | Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 19/09/2011, págs. 67-69 |

Resolução nº 4, de 16 de setembro de 2011 - Reafirma o entendimento do CGI.br sobre a natureza do serviço de conexão à internet.

| | |
|---------------|--|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Dispositivos | LGT, Art. 61, § 2º. |
| Correlata | Anexo à Portaria MC nº 148, de 31 de maio de 1995 - Norma 004/95 – Uso dos Meios da Rede Pública de Telecomunicações para Acesso à INTERNET. |

Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011 - Aprova a Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro. |
| Anexos | Anexo - Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária |
| Dispositivos | CF, Art. 21, inciso XII, alínea a; LGT, Art. 211, caput. |
| Correlata | Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Lei nº 9.612/1998 - Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Medida Provisória nº 2.216-37/2001 Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Resolução da ANATEL nº 60/1998 - Designação de canal para utilização no Serviço de Radiodifusão Comunitária. Resolução da ANATEL nº 67/1998 - Aprova o Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada. |
| Regulamenta | Decreto nº 2.615/1998 - Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 18/10/2011, págs. 68-78 |

Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro. |
| Dispositivos | LGT, Art. 1º, Parágrafo Único; LGT, Art. 211, Parágrafo Único. |
| Altera | Portaria MC nº 401/2006 - Aprova o Regimento Interno do Ministério das Comunicações |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 18/03/2011, pág. 71 |

Portaria MC nº 491, de 23 de novembro de 2011 - Altera a Portaria nº 652, de 10 de outubro de 2006.

| | |
|---------------|--|
| Órgão Emissor | Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro. |
| Dispositivos | LGT, Art. 211, caput. |
| Altera | Portaria MC nº 652/2006 - Estabelece critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens do serviço de retransmissão de televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T. |
| Correlata | Decreto-Lei nº 236/1967 - Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 24/11/2011, págs. 96-97 |

Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro de 2011 - Aprova a Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens

| | |
|---------------|--|
| Órgão Emissor | Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro. |
| Anexos | Anexo - Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão |
| Dispositivos | LGT, Art. 211, caput. |
| Correlata | Decreto nº 5.371/2005 - Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. - Anexo - Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Portaria MC nº 93/1989 Portaria MC nº 652/2006 - Estabelece critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens do serviço de retransmissão de televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T. Portaria MC nº 276/2010 - Aprova a Norma nº 01/2010 – Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização da tecnologia digital. - Anexo - Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização da tecnologia digital. Resolução da ANATEL nº 284/2001 - Aprova o Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de |

| | |
|------------|---|
| | Televisão. - Anexo - Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 06/12/2011, págs. 45-47 |

Portaria MC nº 561, de 22 de dezembro de 2011 - Altera a Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovada pela Portaria nº 498, de 5 de dezembro de 2011.

| | |
|---------------|--|
| Órgão Emissor | Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro. |
| Dispositivos | LGT, Art. 211, caput. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 26/12/2011, pág. 264 |

Resolução

Resolução da ANATEL nº 560, de 21 de janeiro de 2011 - Aprova o Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | Anexo - Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC. |
| Dispositivos | LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso II; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 214, inciso I. |
| Revoga | <p>Resolução da ANATEL nº 373/2004 - Aprova o Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, dá nova redação ao inciso I do art. 3º e ao art. 43 do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado e dá outras providências.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 377/2004 - Aprova a adaptação do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, para concessão de prazos para efeito de ajustes de caráter técnico-operacionais. - Anexo - Adaptação do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, para concessão de prazos para efeito de ajustes de caráter técnico-operacionais.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 389/2004 - Altera o Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC. - Anexo - Alterações do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 403/2005 - Altera o Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC para correção de erros materiais. - Anexo - Alterações para correção de erros materiais no Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.</p> <p>Resolução ANATEL nº 463/2007 - Altera o Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC. - Anexo - Alterações ao Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 475/2007 - Alterações das Tabelas anexas ao Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral aprovado pela Resolução nº 373, de 3 de junho de 2004. - Anexo 1 - Alteração do Anexo I do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFCAlteração do Anexo I do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC. - Anexo 2 - Alteração do Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC.</p> |

| | |
|-------------|---|
| | <p>Resolução da ANATEL nº 499/2008 - Altera os Anexos I e II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC. - Anexo 1 - Altera o Anexo I do Regulamento sobre Áreas Locais. - Anexo 2 - Altera o Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 534/2009 - Altera os Anexos I e II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC. - Anexo 1 - Do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC. - Anexo 2 - Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC.</p> |
| Correlata | <p>Decreto nº 6.654/2008 - Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público. - Anexo 1 - Plano Geral de Outorgas. - Anexo 2 - Regiões do Plano Geral de Outorgas. - Anexo 3 - Setores das Regiões do Plano Geral de Outorgas</p> <p>Resolução da ANATEL nº 426/2005 - Aprova o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC.</p> |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 27/01/2011, págs. 77-93 |

Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 - Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | - Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz. |
| Dispositivos | LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 160, caput; LGT, Art. 161, caput. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 03/02/2011, págs. 27-29 |

Resolução da ANATEL nº 562, de 9 de fevereiro de 2011 - Altera dispositivo do Regulamento anexo à Resolução nº 454, de 11 de dezembro de 2006, sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | Anexo - Altera dispositivo do Regulamento anexo à Resolução nº 454, de 11 de dezembro de 2006, sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz. |
| Dispositivos | LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 157, caput; LGT, Art. 160, caput. |
| Altera | Anexo à Resolução da ANATEL nº 454, de 11 de dezembro de 2006 - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |

| | |
|------------|---|
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 11/02/2011, págs. 52-53 |
|------------|---|

Resolução da ANATEL nº 563, de 30 de março de 2011 - Alteração na Destinação das Faixas de Radiofrequências de 12,2 GHz a 12,7 GHz e de 17,3 GHz a 17,7 GHz.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Dispositivos | LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 160, caput; LGT, Art. 161, caput. |
| Correlata | Resolução da ANATEL nº 516/2008 - Aprova o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR). |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 01/05/2011, pág. 66 |

Resolução da ANATEL nº 564, de 20 de abril de 2011 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 509, de 14 de agosto de 2008.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | Anexo |
| Dispositivos | LGT, Art. 3º, caput; LGT, Art. 6º, caput. |
| Altera | Anexo à Resolução da ANATEL nº 477, de 7 de agosto de 2007 - Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 26/01/2011, pág. 58 |

Resolução da ANATEL nº 565, de 26 de abril de 2011 - Aprova a alteração dos Contratos de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional – LDI.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Dispositivos | LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 99, § 1º; LGT, Art. 207, § 1º. |
| Altera | Anexo 1 à Resolução da ANATEL nº 341, de 20 de junho de 2003 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Local - 2006. Anexo 2 à Resolução da ANATEL nº 341, de 20 de junho de 2003 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Nacional - 2006 (somente Embratel). Anexo 3 à Resolução da ANATEL nº 341, de 20 de junho de 2003 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Nacional - 2006 (exceto Embratel). Anexo 4 à Resolução da ANATEL nº 341, de 20 de junho de 2003 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Internacional - 2006. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |

| | |
|------------|---|
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 27/04/2011, pág. 80 |
|------------|---|

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

| | |
|---------------|--|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado |
| Dispositivos | CF, Art. 5º, inciso XXXII; LGT, Art. 3º, caput; LGT, Art. 127, caput; LGT, Art. 127, inciso III. |
| Altera | Anexo à Resolução da ANATEL nº 426, de 9 de dezembro de 2005 - Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado. Anexo à Resolução da ANATEL nº 477, de 7 de agosto de 2007 - Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP. Anexo à Resolução da ANATEL nº 488, de 3 de dezembro de 2007 - Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura. |
| Correlata | Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor. Decreto nº 6.523/2008 - Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC. Portaria SDE nº 49/2009 - Para efeitos de harmonização dos procedimentos administrativos para o cumprimento das normas do Decreto 6.523, de 31 de julho de 2008, pelos órgãos públicos de defesa do consumidor, especifica hipótese prevista no elenco de práticas abusivas constante do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 25/05/2005, págs. 107-108 |

Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | |
| Dispositivos | LGT, Art. 19, inciso VIII. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 28/06/2011, págs. 38-43 |

Resolução da ANATEL nº 569, de 5 de agosto de 2011 - Aprova a prorrogação dos prazos estabelecidos nos arts. 12, 17 e 18 do Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público geral - STFC, aprovado pela Resolução nº 536, de 9 de novembro de 2009, para o ano de 2011, e a alteração do referido regulamento, para incluir novo dispositivo (art. 23).

| | |
|---------------|--|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Dispositivos | LGT, Art. 3º, inciso I; LGT, Art. 18, inciso III; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 80, caput. |
| Altera | Anexo à Resolução da ANATEL nº 536, de 9 de novembro de 2009 - Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço Telefone Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral – STFC. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 09/06/2011, pág. 70 |

Resolução da ANATEL nº 570, de 22 de agosto de 2011 - Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Regulados por Válvula.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | |
| Dispositivos | LGT, Art. 19, inciso XIII; LGT, Art. 214, inciso I. |
| Correlata | Resolução da ANATEL nº 242/2000 - Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 13/09/2011, págs. 83-91 |

Resolução da ANATEL nº 571, de 28 de setembro de 2011 - Aprova o Regulamento para definição de formatos e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | |
| Dispositivos | LGT, Art. 19, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso X; LGT, Art. 173, inciso V. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 04/06/2011, págs. 36-37 |

Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Antenas de Estações Terrenas Operando com Satélites Geoestacionários.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | |
| Dispositivos | LGT, Art. 1º, Parágrafo Único; LGT, Art. 19, inciso XIII; LGT, Art. 170, caput; LGT, Art. 214, inciso I. |
| Correlata | Resolução da ANATEL nº 242/2000 - Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |

| | |
|------------|---|
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 05/10/2011, págs. 56-61 |
|------------|---|

Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | |
| Dispositivos | LGT, Art. 104, caput. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 28/10/2011, pág. 59 |

Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM).

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | |
| Dispositivos | CF, Art. 5º, inciso XXXII; LGT, Art. 3º, inciso I; LGT, Art. 19, inciso X. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 31/10/2011, págs. 93 - 96 |

Resolução da ANATEL nº 575, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, nº 509, de 14 de agosto de 2008, nº 564, de 20 de abril de 2011 e nº 567, de 24 de maio de 2011.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | |
| Dispositivos | CF, Art. 5º, inciso XXXII; LGT, Art. 3º, inciso I; LGT, Art. 19, inciso X. |
| Altera | Anexo à Resolução da ANATEL nº 477, de 7 de agosto de 2007 - Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 31/10/2011, págs. 96-102 |

Resolução da ANATEL nº 576, de 31 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME).

| | |
|---------------|----------------------------|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | |
| Dispositivos | LGT, Art. 108, caput. |

| | |
|-------------|---|
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 04/11/2011, págs. 36-37 |

Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011 - Altera o Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, bem como o Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | |
| Dispositivos | LGT, Art. 3º, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso IV; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 151, caput. |
| Altera | Anexo à Resolução da ANATEL nº 263, de 8 de junho de 2001 - Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN. Anexo à Resolução da ANATEL nº 424, de 6 de dezembro de 2005 - Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ou Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 29/11/2011, pág. 104 |

Resolução da ANATEL nº 578, de 30 de novembro de 2011 - Aprova o Regulamento do Serviço Rádio do Cidadão.

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | |
| Dispositivos | LGT, Art. 127, caput; LGT, Art. 214, inciso I. |
| Correlata | Anexo à Resolução da ANATEL nº 444, de 28 de setembro de 2006 - Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 27 MHz para o Serviço de Rádio do Cidadão |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 06/12/2011, págs. 48-49 |

Atos Referenciados

Ato Administrativo

Ato

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160, de 6 de janeiro de 2011

| | |
|---------------|---|
| Ementa | Determinação à Brasil Telecom para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio |
| Órgão Emissor | ANATEL - Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização; ANATEL - Superintendência de Serviços Públicos. |
| Dispositivos | LGT, Art. 101, caput. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 10/01/2011, pág. 72 |

Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161, de 6 de janeiro de 2011

| | |
|---------------|---|
| Ementa | Determinação à Telemar Note Leste S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio. |
| Órgão Emissor | ANATEL - Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização; ANATEL - Superintendência de Serviços Públicos. |
| Dispositivos | LGT, Art. 101, caput. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 10/01/2011, pág. 72 |

Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162, de 6 de janeiro de 2011

| | |
|---------------|---|
| Ementa | Determinação à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio. |
| Órgão Emissor | ANATEL - Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização; ANATEL - Superintendência de Serviços Públicos. |
| Dispositivos | LGT, Art. 101, caput. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 10/01/2011, págs. 72-73 |

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970, de 1º de abril de 2011

| | |
|---------------|---|
| Ementa | Anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica. |
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | Anexo |
| Dispositivos | LGT, Art. 7º, § 1º; LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 71, caput. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 11/04/2011, pág. 73 |

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.282, de 15 de abril de 2011

| | |
|---------------|--|
| Ementa | Aprova a Edição 2011 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil. |
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | |

| | |
|--------------|---|
| Dispositivos | LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 22, inciso VIII; LGT, Art. 158, caput; LGT, Art. 158, § 1º, inciso III. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 26/04/2011, pág. 59 |

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.156, de 22 de julho de 2011

| | |
|---------------|---|
| Ementa | Aprova o modelo de Termo de Autorização do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS). |
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Anexos | Anexo - Modelo de Termo de Autorização do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) |
| Dispositivos | LGT, Art. 19, inciso XI. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 26/07/2011, pág. 54 |

Consulta Pública**Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703, de 16 de agosto de 2011**

| | |
|---------------|---|
| Ementa | Anuência prévia à incorporação da VIVO TELECOMUNICAÇÕES S/A pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP. |
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Dispositivos | LGT, Art. 7º, § 1º; LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 70, caput. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 18/06/2011, pág. 123 |

Portaria**Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011**

| | |
|---------------|---|
| Ementa | Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006. |
| Órgão Emissor | Ministério das Comunicações. |
| Dispositivos | LGT, Art. 1º, Parágrafo Único; LGT, Art. 211, Parágrafo Único. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 18/03/2011, pág. 71 |

Portaria ANATEL nº 941, de 28 de outubro de 2011

| | |
|--------|---|
| Ementa | Dispõe sobre o acesso pelo público em geral aos documentos e informações acostados em Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) e dá outras providências. |
|--------|---|

| | |
|---------------|---|
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Dispositivos | LGT, Art. 174, caput. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 31/10/2011, pág. 111 |

Relatório Anual da ANATEL

| | |
|---------------------------------------|------------------------------|
| Relatório Anual da ANATEL 2010 | |
| Órgão Emissor | ANATEL. |
| Dispositivos | LGT, Art. 19, inciso XXVIII. |

Súmula

| | |
|---|---|
| Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011 | |
| Ementa | A legislação de telecomunicações não impede a indicação de mais de um representante legal pela exploradora de satélite estrangeiro. O representante legal da Exploradora de Satélite Estrangeiro pode ser prestadora de serviço de telecomunicações. Caso a prestadora de serviço de telecomunicações pretenda fazer uso da capacidade espacial que ela própria representa, a contratação deverá ser formalizada por intermédio de outro representante legal. O contrato de comercialização de capacidade espacial decorrente do direito de exploração de satélite estrangeiro deve ser firmado no Brasil entre o representante legal da exploradora e a prestadora de serviço de telecomunicações, partes contratuais distintas. |
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Dispositivos | LGT, Art. 19, inciso XVI; LGT, Art. 171, § 1º. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 16/03/2011, pág. 61 |

| | |
|--|---|
| Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011 | |
| Ementa | Estão incluídas na base de cálculo do ônus contratual previsto nos Contratos de Concessão de 2006/2010, para prestação do STFC, dentre outras, as receitas de interconexão, PUC, e, ainda, de outros serviços adicionais e receitas operacionais inerentes ao STFC. |
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Dispositivos | LGT, Art. 19, inciso XVI; LGT, Art. 99, § 1º; LGT, Art. 207, § 1º. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 24/11/2011, pág. 97 |

| | |
|--|--|
| Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011 | |
|--|--|

| | |
|---------------|---|
| Ementa | Não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador. |
| Órgão Emissor | ANATEL - Conselho Diretor. |
| Dispositivos | CF, TÍTULO VI - Da Tributação e do Orçamento; LGT, Art. 19, inciso XVI. |
| Regulamenta | Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. |
| Publicação | Diário Oficial da União, Seção 1, 20/12/2011, pág. 87 |

Índice Alfabético e Remissivo

Símbolos

2,5 GHz

(*ver Faixa de 2,5 GHz*)

450 MHz, 364

[Decreto nº 7.512/2011]

4G, 364

[Decreto nº 7.512/2011]

A

Acesso a Informações

disciplina legal do acesso a informações, **363**

[Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011]

Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)

publicidade dos Pados da Anatel, **375**

[Portaria ANATEL nº 941/2011]

Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços, 356

Acesso às Telecomunicações, 342

Acumulador Chumbo-Ácido Estacionário Regulado por Válvula

norma para certificação e homologação de, **371**

[Resolução da ANATEL nº 570/2011]

Adaptação Compulsória

das prestadoras de TVC, TVA, MMDS e DTH à regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Administração do Setor de Telecomunicações, 337

Administração Ordenadora

(*ver Poder de Polícia*)

Agência Nacional do Cinema

competência para regulação e fiscalização da programação e do empacotamento na comunicação audiovisual de acesso condicionado, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

ANATEL, 357

ANCINE, 361

(*ver Agência Nacional do Cinema*)

Antena para Estações Terrenas

norma para certificação e homologação de, **371**

[Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011]

Antenas, 335

Anuência Prévia

Vivo Participações S/A

anuência prévia à incorporação da Vivo pela Telesp, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970/2011]

Aplicações de Telecomunicações, 355

Aplicações Educacionais, 355

Área de Baixa Densidade Populacional

(*ver Zona Rural*)

Área de Tarifa Básica

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC

aprovação do, **367**

[Resolução da ANATEL nº 560/2011]

Área de Tarifação

sua alteração para o município de Altamira do Paraná, **373**

[Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011]

Área Local

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC
aprovação do, **367**
[Resolução da ANATEL nº 560/2011]

Área Rural

(*ver Zona Rural*)

Artista

vedação de contratação de talentos artísticos nacionais de qualquer natureza, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais por parte de prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, **362**
[Lei nº 12.485/2011]

Aspectos Históricos, 335**ATB**

(*ver Área de Tarifa Básica*)

Ato de Concentração Econômica

(*ver Competição*)

Atores no Setor de Telecomunicações, 357**Atribuição, Destinação e Designação de Radiofrequência, 336****Aumento Arbitrário de Lucros**

Serviço Telefônico Fixo Comutado
aumento arbitrário de lucros como causa de restabelecimento do regime de Tarifas Fixadas no STFC, Modalidade Longa Distância Internacional, **372**
[Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011]

Avaliação de Conformidade

(*ver Certificação*)

B**Baixa Densidade Populacional**

(*ver Zona Rural*)

Banda Larga, 356**Banda Larga, 361**

[Lei nº 12.431/2011]

Anuência Prévia

dever de expansão da banda larga derivado dos condicionamentos à anuência prévia de reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970/2011]

esclarecimento do condicionamento imposto para aquisição da Vivo pela Telefônica de disponibilização gratuita de infraestrutura de banda larga para uso não comercial pela RNP para interiorização da rede de educação e pesquisa avançada do país, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

Programa Nacional de Banda Larga
aprovação de medidas tributárias de isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para modens e bens de informática no âmbito do Programa de Inclusão Digital, por ocasião da implementação do, **361**

[Lei nº 12.431/2011]

aprovação de medidas tributárias de isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para tablets no âmbito do Programa de Inclusão Digital, por ocasião da implementação do, **362**

[Lei nº 12.507/2011]

Qualidade do Serviço

fixação de prazo até 31 de outubro de 2011 para adoção, pela Anatel, de padrões de qualidade para os serviços de telecomunicações que suportam o acesso à Internet em banda larga, inclusive parâmetros de velocidade efetiva de conexão mínima e média, disponibilidade do serviço, bem como critério de publicidade e transparência para aferição da qualidade percebida pelos usuários, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Banda Larga Móvel de Quarta Geração

(*ver* 4G)

Banda Larga Móvel de Quarta Geração

dever de licitação, até 30 de abril de 2012, das subfaixas de radiofrequências de 2.500 MHz a 2.690 MHz para a banda larga móvel de alta velocidade, com tecnologia de quarta geração, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Bem Reversível

Inventário de Bens Reversíveis determinação de 2011 à Brasil Telecom S/A para que efetuasse o inventário físico do seu patrimônio e dos seus bens reversíveis, **373**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160/ 2011]

determinação de 2011 à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162/2011]

determinação de 2011 à Telemar Norte Leste S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161/2011]

BRASIL TELECOM S.A.

Bem Reversível

determinação de 2011 à Brasil Telecom S/A para que efetuasse

o inventário físico do seu patrimônio e dos seus bens reversíveis, **373**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160/ 2011]

C

CADE, 357

(*ver* Conselho Administrativo de Defesa Econômica)

Campo

(*ver* Zona Rural)

Canalização

(*ver* Distribuição de Canais)

Capacidade Espacial

(*ver* Provimento de Capacidade de Satélite)

Centro de Atendimento

(*ver* Centro de Atendimento (Indicadores de Qualidade do STFC))

(*ver* Centro de Atendimento (Serviço Móvel Pessoal))

(*ver* Centro de Atendimento (Serviços de Televisão por Assinatura))

Centro de Atendimento (Indicadores de Qualidade do STFC), 370

(*ver também* Serviço de Atendimento ao Consumidor)

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Centro de Atendimento (Serviço Móvel Pessoal), 370

(*ver também* Serviço de Atendimento ao Consumidor)

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Centro de Atendimento (Serviços de Televisão por Assinatura), 370

(*ver também* Serviço de Atendimento ao Consumidor)

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Centro de Atendimento, 370

(ver também Serviço de Atendimento ao Consumidor)

[Resolução da ANATEL n° 567/2011]

Centro de Atendimento para Intermediação da Comunicação a Portadores de Necessidades Especiais, 370

(ver também Serviço de Atendimento ao Consumidor)

[Resolução da ANATEL n° 567/2011]

Certificação

Acumulador Chumbo-Ácido Estacionário Regulado por Válvula, **371**

[Resolução da ANATEL n° 570/2011]

Antena para Estações Terrenas, **371**

[Resolução da ANATEL n° 572, de 28 de setembro de 2011]

Certificação / Homologação, 335

Cidades Digitais

Tecnologias de Informação e Comunicação sua apropriação pela gestão pública local e pela população como objetivo do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais, **364**

[Portaria MC n° 376/2011]

Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações, 345

Coletivo

(ver Serviço de Interesse Coletivo)

Comercial

(ver Peça Publicitária)

Compensação Financeira

Serviço de Acesso Condicionado indevida compensação financeira na adequação das outorgas e autorizações de TVC, MMDS e DTH para o, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite

indevida compensação financeira na adequação das autorizações de DTH para o, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal

indevida compensação financeira na adequação das autorizações de MMDS para o, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Serviço de TV a Cabo

indevida compensação financeira na adequação das outorgas de TVC para o, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial)

devida compensação financeira na adequação das autorizações de TVA para o, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Competição

Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

lei regente, **363**

[Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011]

Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado

disciplina legal da, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Comunicação de Massa, 346

Comunicação Multimídia, 346

Concessão (regras aplicáveis), 338

Concessão

(ver também Concessionária)

Bem Reversível

determinação de 2011 à Brasil Telecom S/A para que efetuasse o inventário físico do seu patrimônio e dos seus bens reversíveis, **373**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL n° 160/ 2011]

determinação de 2011 à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162/2011]

determinação de 2011 à Telemar Norte Leste S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161/2011]

Concessionária

(*ver também* **Concessão**)

Bem Reversível

determinação de 2011 à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162/2011]

determinação de 2011 à Telemar Norte Leste S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161/2011]

Bens Reversíveis

determinação de 2011 à Brasil Telecom S/A para que efetuasse o inventário físico do seu patrimônio e dos seus bens reversíveis, **373**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da

Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160/2011]

Concorrência

(*ver* **Competição**)

Concorrência no Setor de Telecomunicações, 341

Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais), 336

Conselho Administrativo de Defesa Econômica, 363

(*ver também* **Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência**)

[Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011]

Consumidor

Serviço de Atendimento ao Consumidor

direito do consumidor de acesso ao conteúdo das gravações das chamadas por ele efetuadas à central de informação e de atendimento ao usuário da prestadora, **370**

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Conteúdo Brasileiro, 362

[Lei nº 12.485/2011]

Contrato de Comercialização de Capacidade Espacial

, deve ser firmado no Brasil entre o representante legal da exploradora e a prestadora de serviço de telecomunicações, partes contratuais distintas, **376**

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

Controle Social, Hierárquico e Interorgânico, 344

Convergência, 345

Coordenadas Geodésicas

Regimento para definição de formas e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel

aprovação do, **371**

[Resolução da ANATEL nº 571/2011]

Coordenadas Geodésicas, 371

[Resolução da ANATEL n° 571/2011]

D**Destinação de Radiofrequências***(ver também Destinação de Radiofrequências)*para o DTH, **369**[Resolução da ANATEL n° 563/2011]
para o Serviço de Radiodifusão por Satélite, **369**[Resolução da ANATEL n° 563/2011]
para o SLP em aplicações de exploração da Terra por satélite, **368**

[Resolução da ANATEL n° 561/2011]

Direct-to-Home*(ver Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite)***Direito Administrativo, 355****Direito da Concorrência, 354****Direito de Exploração de Imagem**vedação de aquisição ou de financiamento de aquisição de direitos de exploração de imagens de eventos de interesse nacional por parte de prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Direito do Consumidor, 354**Distribuição de Canais***(ver também Espectro de Radiofrequências)*Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL n° 568/2011]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz

aprovação do, **368**

[Resolução da ANATEL n° 561/2011]

Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal*(ver Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal)***DTH***(ver Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite)***DTH (Direct to Home - Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite), 350****E****Educação, 364–365***(ver também Radiodifusão Educativa)*

[Portaria MC n° 256, de 6 de julho de 2011]

[Portaria MC n° 420/2011]

Educação e Pesquisa, 343**Embratel**

Bem Reversível

determinação de 2011 à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL n° 162/2011]

Emergência*(ver Serviço de Emergência)***Ensino, 364***(ver também Escola Pública)*

[Decreto n° 7.512/2011]

Equipamentos de Telecomunicações, 335**Escola Pública***(ver também Ensino)*

definição do princípio de atendimento para acesso à Internet em banda larga para escolas públicas rurais quando da licitação das subfaixas de

radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **364**
[Decreto nº 7.512/2011]

Espécies de Outorga, 338

Espectro de Radiofrequência, 336

Espectro de Radiofrequências

(*ver também* **Distribuição de Canais**)

Plano de Atribuição de Espectro de Radiofrequências

Edição 2011 do, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.282/2011]

Estação de Telecomunicações

Coordenadas Geodésicas

formatos e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel,

371

[Resolução da ANATEL nº 571/2011]

Estação Móvel

(*ver* **Estação Móvel (Serviço Móvel Pessoal)**)

Estação Móvel (Serviço Móvel Pessoal)

Localização

parâmetros de localização da Estação Móvel do Usuário do SMP remetente de mensagem de texto a serviço público de emergência, **369**

[Resolução da ANATEL nº 564/2011]

Estações de Telecomunicações, 335

Exploradora de Satélite Estrangeiro, 376

(*ver também* **Satélite Estrangeiro**)

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

requisitos para constituição de representante legal da, **376**

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

F

Faixa de 2,5 GHz

dever de licitação, até 30 de abril de 2012, das subfaixas de radiofrequências de 2.500 MHz a 2.690 MHz para a banda larga móvel de alta velocidade, com tecnologia de quarta geração, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Faixa de 450 MHz

(*ver* **450 MHz**)

Faixa de 450 MHz

Banda Larga

definição do princípio de atendimento para acesso à Internet em banda larga para escolas públicas rurais quando da licitação das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Escola Pública

definição do princípio de atendimento para acesso à Internet em banda larga para escolas públicas rurais quando da licitação das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Universalização

dever de licitação, por parte da Anatel, até 30 de abril de 2012, de autorização de uso de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz para fins de ampliação da penetração dos serviços de telecomunicações de voz e de dados, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Faixa de Radiofrequência

(*ver Espectro de Radiofrequências*)

Fiscalização

(*ver também Poder de Polícia*)

Processo Administrativo

não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador, **376**

[Súmula da ANATEL n° 12, de 19 de dezembro de 2011]

Fiscalização das Telecomunicações, 337

FNC

(*ver Fundo Nacional da Cultura*)

Fronteira

utilização da faixa de 148 MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL n° 568/2011]

Fronteiras, 370

[Resolução da ANATEL n° 568/2011]

Fundamentos, 335

Fundo Nacional da Cultura

vedação de sua utilização por prestadoras do TVC, MMDS, DTH e TVA, bem como suas controladas, controladoras ou coligadas, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

G

Gratuidade

Serviço Público de Emergência
gratuidade do envio de mensagens de texto a, **369**

[Resolução da ANATEL n° 564/2011]

I

Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações, 335

Instauração

Processo Administrativo

não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de

processo administrativo sancionador, **376**

[Súmula da ANATEL n° 12, de 19 de dezembro de 2011]

Interesse Coletivo

(*ver Serviço de Interesse Coletivo*)

Internet, 355

INTERNET

(*ver também Serviço de Valor Adicionado*)

Qualidade do Serviço

fixação de prazo até 31 de outubro de 2011 para adoção, pela Anatel, de padrões de qualidade para os serviços de telecomunicações que suportam o acesso à Internet em banda larga, inclusive parâmetros de velocidade efetiva de conexão mínima e média, disponibilidade do serviço, bem como critério de publicidade e transparência para aferição da qualidade percebida pelos usuários, **364**

[Decreto n° 7.512/2011]

Serviço de Conexão à INTERNET como serviço de valor adicionado, **365**

[Resolução n° 4, de 16 de setembro de 2011]

Inventário de Bens Reversíveis

determinação de 2011 à Brasil Telecom S/A para que efetuasse o inventário físico do seu patrimônio e dos seus bens reversíveis, **373**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL n° 160/2011]

determinação de 2011 à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da

Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162/2011] determinação de 2011 à Telemar Norte Leste S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374** [Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161/2011]

ISDB-T

(*ver Padrão ISDB-T*)

ISDB-TB

(*ver Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*)

L

Liberdade de Participação, 338

Liberdade Tarifária

Serviço Telefônico Fixo Comutado sua implantação e acompanhamento no STFC Longa Distância Internacional, **372**

[Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011]

Licença para Funcionamento de Estação

Recadastramento de estação ajuste de informações de coordenadas geodésicas não exige novo licenciamento ou pagamento de taxas, desde que não associada a uma real mudança do local de instalação, **371**

[Resolução da ANATEL nº 571/2011]

M

Mensagem de Texto

Gratuidade

no envio de mensagens de texto a serviços públicos de emergência no âmbito do SMP, **369**

[Resolução da ANATEL nº 564/2011]

Serviço Móvel Pessoal

regulamentação do envio de mensagem de texto aos serviços públicos de emergência no, **369**

[Resolução da ANATEL nº 564/2011]

Metas de Qualidade, 372

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011] [Resolução nº 575/2011]

Metas de Universalização, 343

Metas de Universalização

(*ver também Plano Geral de Metas de Universalização*)

Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do STFC

possibilidade de prorrogação de prazos por ato do Conselho Diretor da Anatel, **370**

[Resolução da ANATEL nº 569/2011]

prorrogação de prazos referentes a campanhas de divulgação e divulgação a órgãos públicos, **370**

[Resolução da ANATEL nº 569/2011]

Ministério da Justiça, 358

Ministério das Comunicações, 358

Ministério das Comunicações

Regimento Interno do Ministério das Comunicações

aprovação do, **365, 375**

[Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011] [Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011]

Ministro das Comunicações

(*ver Ministério das Comunicações*)

MMDS

(*ver Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal*)

MMDS (Multichannel Multipoint Distribution Service - Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal), 351

Modem

Programa Nacional de Banda Larga aprovação de medidas tributárias de isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para

modens e bens de informática no âmbito do Programa de Inclusão Digital, por ocasião da implementação do, **361**

[Lei nº 12.431/2011]

Multichannel Multipoint Distribution Service
(*ver Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal*)

N

Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária, 365

[Portaria MC nº 462/2011]

O

Obrigações de Universalização
(*ver Universalização*)

Oi

(*ver TELEMAR NORTE LESTE S.A.*)

Onerosidade

Serviço Telefônico Fixo Comutado inclusão, na base de cálculo do ônus contratual previsto nos contratos de concessão do STFC de 2006/2010, das receitas de interconexão, PUC e serviços adicionais e receitas operacionais inerentes ao STFC, **376**

[Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011]

Operadora de Telecomunicações, 374–375

(*ver também Telefônica*)

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970/ 2011] [Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

Órbita, 336

(*ver também Satélite*)

Órbita e Satélite, 336
Outorgas, 338

P

PADO

(*ver Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)*)

Padrão ISDB-T

adoção pelo Brasil do, **366**

[Portaria MC nº 491/011]

PDG

(*ver Programa de Dispendios Globais (Empresas Estatais Federais)*)

Peça Publicitária, 362

[Lei nº 12.485/2011]

Artista

possibilidade de sua contratação por prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo para fins de produção de peças publicitárias, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Direito de Exploração de Imagem

possibilidade de sua aquisição ou de financiamento de aquisição por prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo para fins de produção de peças publicitárias, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Pesquisa & Desenvolvimento, 343

PGMU

(*ver Plano Geral de Metas de Universalização*)

Plano de Atribuição de Espectro de Radiofrequências

Destinação de Radiofrequências

Edição 2011 do, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.282/2011]

Plano Geral de Metas de Universalização*(ver também* Metas de Universalizaçãoa partir de 30 de junho de 2011, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Plano Nacional de Banda Larga, 361

[Lei nº 12.431/2011]

Planos de Serviços, 340**PNBL***(ver* Programa Nacional de Banda Larga)**PNBL, 361**

[Lei nº 12.431/2011]

Poder de Polícia*(ver também* Fiscalização)

Processo Administrativo

não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador, **376**

[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]

Poder Executivo, 358**Política Industrial, 341****Política Tarifária, 340****Políticas de Telecomunicações, 340****PPB***(ver* Processo Produtivo Básico)**Preço Discriminatório**sua vedação em atividades de produção, programação, empacotamento ou distribuição de comunicação audiovisual de acesso condicionado, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Preço Público*(ver também* Tarifa)devido na prorrogação da concessão de serviços públicos de telecomunicações, **376**

[Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011]

Presidência da República, 358**Prestador de Serviço de Telecomunicações***(ver* Operadora de Telecomunicações)**Prestadora / Operadora, 359****Princípio da Generalidade***(ver* Universalização)**Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações***(ver* Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações))**Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)**publicidade dos Pados da Anatel, **375**

[Portaria ANATEL nº 941/2011]

Processo Administrativo, 376

[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]

Recurso

não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador, **376**

[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]

Sigilo

disciplina legal do acesso a informações, **363**

[Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011]

publicidade dos Pados da Anatel, **375**

[Portaria ANATEL nº 941/2011]

Processo Administrativo, 376

[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]

Processo Produtivo Básico

de modems e bens de informática no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga, **361**

[Lei nº 12.431/2011]

de tablets, **362**

[Lei nº 12.507/2011]

Programa de Dispendios Globais (Empresas Estatais Federais)

PDG para 2012, **364**

[Decreto nº 7.628/2011]

Programa Nacional de Banda Larga

(*ver* Banda Larga)

(*ver* Plano Nacional de Banda Larga)

(*ver* PNBL)

Programa Nacional de Banda Larga

aprovação de medidas tributárias de isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para modems e bens de informática no âmbito do Programa de Inclusão Digital, por ocasião da implementação do, **361**

[Lei nº 12.431/2011]

aprovação de medidas tributárias de isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para tablets no âmbito do Programa de Inclusão Digital, por ocasião da implementação do, **362**

[Lei nº 12.507/2011]

Propaganda

(*ver* Publicidade)

Provimento de Capacidade de Satélite

(*ver também* Serviço de Valor Adicionado)

Contrato de Comercialização de Capacidade Espacial

, deve ser firmado no Brasil entre o representante legal da exploradora e a prestadora de serviço de telecomunicações, partes contratuais distintas, **376**

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

Provimento de Capacidade Espacial

(*ver* Provimento de Capacidade de Satélite)

Publicidade

Serviço de Comunicação Multimídia
dever de dar publicidade aos resultados apresentados pelas prestadoras de SCM quanto aos indicadores definidos no RGQ-SCM, **372**

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011]

Serviço Móvel Pessoal

dever de dar publicidade aos resultados apresentados pelas prestadoras de SCM quanto aos indicadores definidos no RGQ-SCM, **372**

[Resolução nº 575/2011]

Q**QoS**

(*ver* Qualidade do Serviço)

Quadro de Atribuição de Faixas de Frequências

Aprovação do, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.282/2011]

Qualidade do Serviço, 343**Qualidade do Serviço**

fixação de prazo até 31 de outubro de 2011 para adoção, pela Anatel, de padrões de qualidade para os serviços de telecomunicações que suportam o acesso à Internet em banda larga, inclusive parâmetros de velocidade efetiva de conexão mínima e média, disponibilidade do serviço, bem como critério de publicidade e transparência para aferição da qualidade percebida pelos usuários, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Serviço de Comunicação Multimídia
aprovação do Regulamento de
Gestão da Qualidade do Serviço
de Comunicação Multimídia, **372**

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28
de outubro de 2011]

Quanto à Perspectiva Convergente,
346

Quanto ao Gênero, 345

**Quanto ao Regime Jurídico de
Prestação, 345**

R

Rádio-Táxi

Regulamento sobre Canalização e
Condições de Uso de
Radiofrequências na Faixa de 148
MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL nº 568/2011]

Radiodifusão, 351

Radiodifusão, 369

(*ver também* Radiodifusão Educativa)
(*ver também* Sistema Brasileiro de
Televisão Digital Terrestre)

[Resolução da ANATEL nº 563/2011]

Serviço de Repetição de Televisão
norma de procedimentos de
autorização para execução do,
366-367

[Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro
de 2011] [Portaria MC nº 561, de 22 de
dezembro de 2011]

Serviço de Retransmissão de Televisão
norma de procedimentos de
autorização para execução do, **366**

[Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro
de 2011]

Radiodifusão Comunitária, 352

Radiodifusão Educativa

(*ver também* Educação)

(*ver também* Radiodifusão)

procedimento de apreciação de pedidos
de outorga de concessão, permissão
ou autorização para exploração de

serviços de radiodifusão com fins
exclusivamente educativos, **364-365**

[Portaria MC nº 256, de 6 de julho de
2011] [Portaria MC nº 420/2011]

Radiofrequência

(*ver* Espectro de Radiofrequências)

Ramos Jurídicos Afins, 354

Reajuste Tarifário

(*ver também* Serviço Telefônico Fixo
Comutado)

(*ver também* Tarifa)

Regulamento sobre Critérios de
Reajuste das Tarifas das Chamadas
do Serviço Telefônico Fixo
Comutado (STFC) envolvendo
acessos do Serviço Móvel Pessoal
(SMP) ou do Serviço Móvel
Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Receita Federal

utilização da faixa de 148 MHz a 174
MHz, **370**

[Resolução da ANATEL nº 568/2011]

Recurso

Processo Administrativo

não cabe recurso contra ato
administrativo que determine ou
formalize a instauração de
processo administrativo
sancionador, **376**

[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de
dezembro de 2011]

Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do STFC

possibilidade de prorrogação de prazos
por ato do Conselho Diretor da
Anatel, **370**

[Resolução da ANATEL nº 569/2011]

prorrogação de prazos referentes a
campanhas de divulgação e
divulgação a órgãos públicos, **370**

[Resolução da ANATEL nº 569/2011]

Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal

aprovação do, **372**

[Resolução nº 575/2011]

Regulamento de Gestão de Qualidade, 372

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011]

Regulamento de Gestão de Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011]

Regulamento do Serviço do Rádio do Cidadão

aprovação do, **373**

[Resolução da ANATEL nº 578/2011]

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC

aprovação do, **367**

[Resolução da ANATEL nº 560/2011]

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz, 370

[Resolução da ANATEL nº 568/2011]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz

aprovação do, **368**

[Resolução da ANATEL nº 561/2011]

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do

Serviço Móvel Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Regimento para definição de formas e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel

aprovação do, **371**

[Resolução da ANATEL nº 571/2011]

Relatório Anual

Relatório Anual Anatel 2010, **376**

[Relatório Anual da ANATEL 2010]

Representante Legal

Exploradora de Satélite Estrangeiro requisitos para constituição de representante legal da, **376**

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

Retransmissão de TV

(*ver* Serviço de Retransmissão de Televisão)

Revisão Quinquenal

Concessão

prorrogação da data da primeira revisão quinquenal dos contratos de concessão de STFC pós renovação, **369**

[Resolução da ANATEL nº 565/2011]

RGQ-SMP, 372

[Resolução nº 575/2011]

RpTV

(*ver* Serviço de Repetição de Televisão)

RTV

(*ver* Serviço de Retransmissão de Televisão)

Rural, 364

[Decreto nº 7.512/2011]

S

SAC

(ver Serviço de Atendimento ao Consumidor)**Sanção, 376**

[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]

Súmula nº 12

não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador, **376**

[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]

Satélite, 336, 368, 369, 371**(ver também Órbita)**

[Resolução da ANATEL nº 563/2011]

[Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011]

Serviço Limitado Privado

destinação da faixa de 26,55 GHz a 26,85 GHz ao SLP em aplicações de exploração da Terra por satélite, compartilhada com o STFC e o SCM, **368**

[Resolução da ANATEL nº 561/2011]

Satélite Estrangeiro, 376**(ver também Exploradora de Satélite Estrangeiro)**

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

Exploradora de Satélite Estrangeiro

requisitos para constituição de representante legal da, **376**

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

Satélite Geoestacionário

Antena para Estações Terrenas

norma para certificação e homologação de, **371**

[Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011]

SBTVD-T**(ver Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre)****SCM****(ver Serviço de Comunicação Multimídia)****Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC), 353****Serviço de Acesso Condicionado, 354****Serviço de Acesso Condicionado**

instituição do, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Serviço de Atendimento ao Consumidor

(ver também Centro de Atendimento)

(ver também Centro de Atendimento (Indicadores de Qualidade do STFC))

(ver também Centro de Atendimento (Serviço Móvel Pessoal))

(ver também Centro de Atendimento (Serviços de Televisão por Assinatura))

(ver também Centro de Atendimento para Intermediação da Comunicação a Portadores de Necessidades Especiais)

Serviço Móvel Pessoal

direito do consumidor de acesso ao conteúdo das gravações das chamadas por ele efetuadas à central de informação e de atendimento ao usuário da prestadora, **370**

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Serviço Telefônico Fixo Comutado

direito do consumidor de acesso ao conteúdo das gravações das chamadas por ele efetuadas à central de informação e de atendimento ao usuário da prestadora, **370**

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Televisão por Assinatura (Gênero)

direito do consumidor de acesso ao conteúdo das gravações das chamadas por ele efetuadas à central de informação e de

atendimento ao usuário da prestadora, **370**

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), 349

Serviço de Comunicação Multimídia

Metas de Qualidade

aprovação do Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia, **372**

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011]

Regulamento de Gestão de Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz

destinação da faixa de 26,55 GHz a 26,85 GHz ao SLP em aplicações de exploração da Terra por satélite, compartilhada com o STFC e o SCM, **368**

[Resolução da ANATEL nº 561/2011]

Serviço de Conexão à INTERNET

como serviço de valor adicionado, **365**

[Resolução nº 4, de 16 de setembro de 2011]

Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite

Serviço de Acesso Condicionado

condições de adequação dos termos de autorização para as prestadoras de DTH à disciplina legal do, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal

Autorização

modelo de termo de autorização do MMDS, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.156, de 22 de julho de 2011]

Termo de Autorização

modelo de termo de autorização do MMDS, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.156, de 22 de julho de 2011]

Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal

Serviço de Acesso Condicionado

condições de adequação dos termos de autorização e dos atos de autorização de uso de radiofrequência das prestadoras do MMDS à disciplina legal do, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Serviço de Emergência, 369

(*ver também* Serviço Público de Emergência)

[Resolução da ANATEL nº 564/2011]

Serviço de Interesse Coletivo

Artista

vedação de contratação de talentos artísticos nacionais de qualquer natureza, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais por parte de prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Direito de Exploração de Imagem

vedação de aquisição ou de financiamento de aquisição de direitos de exploração de imagens de eventos de interesse nacional por parte de prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens

(*ver Radiodifusão*)

Serviço de Radiodifusão por Satélite

destinação de faixas para serviços de telecomunicações que utilizem capacidade espacial, **369**

[Resolução da ANATEL n° 563/2011]

Serviço de Radiodifusão Sonora

(*ver Radiodifusão*)

Serviço de Radiotáxi, 353

Serviço de Repetição de Televisão norma de procedimentos de autorização para execução do, **366–367**

[Portaria MC n° 498, de 5 de dezembro de 2011] [Portaria MC n° 561, de 22 de dezembro de 2011]

Serviço de Retransmissão de Televisão

norma de procedimentos de autorização para execução do, **366–367**

[Portaria MC n° 498, de 5 de dezembro de 2011] [Portaria MC n° 561, de 22 de dezembro de 2011]

Serviço de Telefonia Rural, 354

Serviço de Telefonia Rural

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL n° 568/2011]

Serviço de TV a Cabo

Serviço de Acesso Condicionado condições de adequação dos atos de outorga de concessão e respectivos contratos da TV a Cabo à disciplina legal do, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Serviço de Valor Acrescentado

(*ver Serviço de Valor Adicionado*)

Serviço de Valor Acrescido

(*ver Serviço de Valor Adicionado*)

Serviço de Valor Adicionado, 345

Serviço de Valor Adicionado

(*ver também INTERNET*)

(*ver também* Provimento de Capacidade de Satélite)

Serviço de Conexão à INTERNET como serviço de valor adicionado, **365**

[Resolução n° 4, de 16 de setembro de 2011]

Serviço Especial de TV por Assinatura

(*ver Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial)*)

Serviço Limitado, 345

Serviço Limitado Privado, 345, 353

Serviço Limitado Privado

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL n° 568/2011]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz

destinação da faixa de 26,55 GHz a 26,85 GHz ao SLP em aplicações de exploração da Terra por satélite, compartilhada com o STFC e o SCM, **368**

[Resolução da ANATEL n° 561/2011]

Serviço Móvel Especializado

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Serviço Móvel Marítimo, 353

Serviço Móvel Marítimo

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de

Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL nº 568/2011]

Serviço Móvel Pessoal (SMP), 349
Serviço Móvel Pessoal

Metas de Qualidade

aprovação do Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal, **372**

[Resolução nº 575/2011]

Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal

aprovação do, **372**

[Resolução nº 575/2011]

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Serviço Prestado em Regime Público, 345

Serviço Público de Emergência

(*ver também* Serviço de Emergência)

Mensagem de Texto

regulamentação do seu envio aos serviços públicos de emergência, **369**

[Resolução da ANATEL nº 564/2011]

Serviço Rádio do Cidadão, 351

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), 346

Serviço Telefônico Fixo Comutado, 346

(*ver também* Reajuste Tarifário)

(*ver também* Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral)

Área de Tarifação

sua alteração para o município de Altamira do Paraná, **373**

[Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011]

Inventário de Bens Reversíveis

determinação de 2011 à Brasil Telecom S/A para que efetuasse o inventário físico do seu patrimônio e dos seus bens reversíveis, **373**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160/2011]

determinação de 2011 à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162/2011]

determinação de 2011 à Telemar Norte Leste S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161/2011]

Onerosidade

inclusão, na base de cálculo do ônus contratual previsto nos contratos de concessão do STFC de 2006/2010, das receitas de interconexão, PUC e serviços adicionais e receitas operacionais inerentes ao STFC, **376**

[Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011]

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC

aprovação do, **367**

[Resolução da ANATEL nº 560/2011]

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de

Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL nº 568/2011]

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME) aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Zona Rural

definição dos princípios regentes da licitação das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral, 372

(*ver também Serviço Telefônico Fixo Comutado*)

[Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz

destinação da faixa de 26,55 GHz a 26,85 GHz ao SLP em aplicações de exploração da Terra por satélite, compartilhada com o STFC e o SCM, **368**

[Resolução da ANATEL nº 561/2011]

Serviços no Setor de Telecomunicações, 346

Sigilo

Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)

publicidade dos Pados da Anatel, **375**

[Portaria ANATEL nº 941/2011]

Processo Administrativo disciplina legal do acesso a informações, **363**

[Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011]

publicidade dos Pados da Anatel, **375**

[Portaria ANATEL nº 941/2011]

Sigilo em Telecomunicações, 344
Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

(*ver também Conselho Administrativo de Defesa Econômica*)

lei regente, **363**

[Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011]

Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre

(*ver também Radiodifusão*)

(*ver também TV Digital*)

Padrão ISDB-T

adoção pelo Brasil do, **366**

[Portaria MC nº 491/011]

Sistema TELEBRÁS

(*ver Telecomunicações Brasileiras S.A.*)

SLP

(*ver Serviço Limitado Privado*)

SME

(*ver Serviço Móvel Especializado*)

SMM

(*ver Serviço Móvel Marítimo*)

SMP

(*ver Serviço Móvel Pessoal*)

STFC

(*ver Serviço Telefônico Fixo Comutado*)

Subsídio Cruzado

sua vedação em atividades de produção, programação, empacotamento ou distribuição de comunicação audiovisual de acesso condicionado, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Súmula nº 11

inclusão, na base de cálculo do ônus contratual previsto nos contratos de concessão do STFC de 2006/2010, das receitas de interconexão, PUC e serviços adicionais e receitas operacionais inerentes ao STFC, **376**

[Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011]

Súmula nº 12

não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador, **376**

[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]

SVA

(*ver Serviço de Valor Adicionado*)

T**Tablet**

Programa Nacional de Banda Larga aprovação de medidas tributárias de isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para tablets no âmbito do Programa de Inclusão Digital, por ocasião da implementação do, **362**

[Lei nº 12.507/2011]

Tarifa

(*ver também Preço Público*)

(*ver também Reajuste Tarifário*)

Liberdade Tarifária

sua implantação e acompanhamento no STFC Longa Distância Internacional, **372**

[Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011]

Tarifas Fixadas

Aumento Arbitrário de Lucros causa de restabelecimento do regime de Tarifas Fixadas no STFC, Modalidade Longa Distância Internacional, **372**

[Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011]

Taxas de fiscalização de instalação e funcionamento

Não incidência

ajuste de informações de coordenadas geodésicas não exige novo licenciamento ou pagamento de taxas, desde que não associada a uma real mudança do local de instalação, **371**

[Resolução da ANATEL nº 571/2011]

Tecnologia Nacional

sua preferência quando da aquisição de equipamentos e materiais vinculados à execução das obrigações estabelecidos no Plano Geral de Metas de Universalização, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Tecnologias da Informação e Comunicação, 364

[Portaria MC nº 376/2011]

Tecnologias da Informação e Comunicação

(*ver também Tecnologias de Informação e Comunicação*)

sua apropriação pela gestão pública local e pela população como objetivo do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais, **364**

[Portaria MC nº 376/2011]

Tecnologias de Informação e Comunicação, 364

(*ver também Tecnologias da Informação e Comunicação*)

[Portaria MC nº 376/2011]

TELEBRÁS

(*ver Telecomunicações Brasileiras S.A.*)

Telecomunicações Brasileiras S.A. Cidades Digitais

responsabilidade da Telebrás pelo planejamento, elaboração de editais, acompanhamento e

avaliação da implementação da infraestrutura de conexão das, **364**

[Portaria MC nº 376/2011]

Programa de Dispêndios Globais (Empresas Estatais Federais)

PDG para 2012, **364**

[Decreto nº 7.628/2011]

Telecomunicações de São Paulo S.A

anuência prévia à incorporação da Vivo pela Telesp, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

Telefônica

(*ver também Operadora de Telecomunicações*)

Vivo Participações S/A

anuência prévia à incorporação da Vivo pela Telesp, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970/2011]

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Bem Reversível

determinação de 2011 à Telemar Norte Leste S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161/2011]

TELESP, 375

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

Vivo Participações S/A

anuência prévia à incorporação da Vivo pela Telesp, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

Televisão Digital

(*ver TV Digital*)

Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial)

Serviço de Acesso Condicionado condições de adequação dos atos de autorização de uso de radiofrequência das prestadoras de TVA à disciplina legal do, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Termo de Autorização

Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal modelo de termo de autorização para o, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.156, de 22 de julho de 2011]

Título Oneroso

(*ver Onerosidade*)

Transparência

disciplina legal do acesso a informações, **363**

[Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011]

Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)

publicidade dos Pados da Anatel, **375**

[Portaria ANATEL nº 941/2011]

Tributação no Setor de Telecomunicações, 338

Trunking

(*ver Serviço Móvel Especializado*)

TV a Cabo, 349

TV Digital

(*ver também Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*)

Padrão ISDB-T

adoção pelo Brasil do, **366**

[Portaria MC nº 491/011]

TVA

(*ver* **Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial)**)

TVA (Serviço Especial de TV por Assinatura), 350

U

Universalização

Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do STFC

possibilidade de prorrogação de prazos por ato do Conselho Diretor da Anatel, **370**

[Resolução da ANATEL nº 569/2011]

prorrogação de prazos referentes a campanhas de divulgação e divulgação a órgãos públicos, **370**

[Resolução da ANATEL nº 569/2011]

Universalização e Massificação, 342

Usuário / Consumidor, 360

V

Valor Adicionado

(*ver* **Serviço de Valor Adicionado**)

Valor de Comunicação

(*ver* **Valor de Comunicação (Serviço Móvel Especializado)**)

(*ver* **Valor de Comunicação (Serviço Móvel Pessoal)**)

(*ver* **Valor de Comunicação (Serviço Telefônico Fixo Comutado)**)

Valor de Comunicação (Serviço Móvel Especializado)

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Valor de Comunicação (Serviço Móvel Pessoal)

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Valor de Comunicação (Serviço Telefônico Fixo Comutado)

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

VC

(*ver* **Valor de Comunicação (Serviço Telefônico Fixo Comutado)**)

VC-T

(*ver* **Valor de Comunicação (Serviço Móvel Especializado)**)

Vivo Participações S/A

anuência prévia à incorporação da Vivo pela Telesp, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970/2011]

Z

zona rural

(*ver* **Rural**)

Zona Rural

Banda Larga

definição do princípio de atendimento para acesso à Internet em banda larga para escolas públicas rurais quando da licitação das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Escola Pública

definição do princípio de atendimento para acesso à Internet em banda larga para escolas públicas rurais quando da licitação das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Universalização

dever de licitação, por parte da Anatel, até 30 de abril de 2012, de autorização de uso de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz para fins de ampliação da penetração dos serviços de telecomunicações de voz e de dados, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

